

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS**

**AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO SETOR EDUCACIONAL: UM
ESTUDO DE CASO EM OURO PRETO-MG**

**Mariana-MG
Setembro/ 2017**

Sônia Maria Simões Meira

**AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO SETOR EDUCACIONAL: UM
ESTUDO DE CASO EM OURO PRETO-MG**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Profa. Msa. Ísis Silva Rosa

Mariana-MG

Setembro/2017

M514e Meira, Sonia Maria Simoes de.
As expressões da questão social no setor educacional [manuscrito]: um estudo de caso em Ouro Preto - MG / Sonia Maria Simoes de Meira. - 2017.

60f.: il.: graf.

Orientadora: Profª. MScª. Isis da Silva Roza.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Educação - Ouro Preto (MG) - Teses. 2. Serviço social - Ouro Preto (MG) - Teses. 3. Assistente Social - Ouro Preto (MG) - Teses. I. Roza, Isis da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

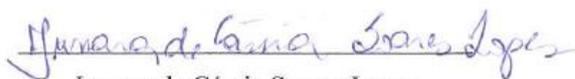
**“AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO SETOR EDUCACIONAL: UM
ESTUDO DE CASO EM OURO PRETO-MG”**

Sônia Maria Simões Meira

ORIENTADOR (A): Isis Silva Roza

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 06 / 09 / 2017


Jussara de Cássia Soares Lopes


Rosimeire Capanema


Isis Silva Roza

DEDICATÓRIA

A DEUS, POR TUDO O QUE ME TEM OFERECIDO

AGRADECIMENTOS

Ao grande e poderoso Deus, Senhor de todas as coisas. Agradeço pela Sua proteção e por me proporcionar que eu chegasse até aqui;

À minha família, pelo apoio incondicional;

À minha orientadora, Profa. e Mestra Ísis da Silva Roza, pela paciência e compreensão;

À Universidade Federal de Ouro Preto e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas pela acolhida;

Aos colegas de turma, pela amizade;

Aos professores do ICSA, pela transmissão de conhecimento e informações;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu sucesso.

“A escola pública, nas últimas décadas, tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras, sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalhado no contexto escolar) com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais), com a finalidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade” (CFESS, 2001, p.14)

RESUMO

Esse estudo busca verificar como a equipe educacional de uma escola municipal de Ouro Preto-MG reage diante das questões sociais vividas por seus alunos, em busca de soluções que seriam melhor resolvidas se houvesse um Assistente Social no grupo. Embora a maioria dessas questões sejam pensadas como frutos das desigualdades sociais existentes no nosso meio social, na realidade vão além da questão da pobreza material e podem incluir indivíduos de todas as classes sociais. Pode-se imaginar que os problemas retratados sejam apenas locais, mas o estudo de caso visa, do micro para o macro campo de pesquisa, refletir o que ocorre nas escolas de nosso país. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com qualidade de pesquisa quantitativa e qualitativa, usando-se como fonte de dados bibliografia e respostas de questionário aplicado a professores. Dentro da bibliografia, salienta-se a obra publicada pelo CFESS-CRESS, em 2011, elaborada exatamente para orientar os assistentes sociais em seu trabalho dentro do campo da política educacional, permitindo uma maior abrangência conceitual e teórica. Os resultados obtidos comprovam a presença de várias expressões da questão social na escola em estudo, o que pode ser generalizado para a maioria das escolas de nosso país. O assistente social ainda não é percebido como uma profissional especializado dentro de uma escola, na maioria das vezes agindo apenas como mediador.

Palavras-chave: Educação; Questão Social; Assistente Social; Serviço Social; Ouro Preto-MG.

ABSTRACT

This research has purposed the verification on how the educational team from one basic school from Ouro Preto-MG, Brazil, reacts in front of social questions lived by the students and how it searches solutions to them. It would be resolved in better way if Social Professional were into the group. Although the majority of these questions are thought like fruits of social inequalities that there are in our society, in reality they have been beyond it. The material poverty is not always the cause of social questions and they include persons from all the social stata. Someone can imagine the registered question are local ones, but this case study shows, from micro to macro vision, what occurs into schools from the country. Methodologically, it has been a research, which presents case study plus qualitative and quantitative features, using like resource of data bibliography and questions from a form applied to the teachers from school. About the bibliography, the paper from CFESS-CRESS (2011) has been evidenced, once it is elaborates exactly in order to offer orientation to Social Assistants into educational field, what allows great concept and theory`s comprehensiveness. The gotten results have comprove the presence of several expressions of social questions into the studied school, what might be generalized to the majority from the country. The social assistant has not been seen like specialized professional into a school, in the majority of times acting only mediator.

Key Words: Education; Social question; social Assistant; Social Service Social; Ouro Preto-MG.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Importância da participação da família na escola.....	40
Gráfico 2 – Relação entre escola e famílias dos estudantes.....	41
Gráfico 3 – Formas de relacionamento ente família e escola – reuniões.....	42
Gráfico 4 – Relação entre famílias e escolas – outros eventos.....	42
Gráfico 5 – Avaliação de frequência dos alunos.....	43
Gráfico 6 – Informação sobre motivos de baixa frequência.....	44
Gráfico 7 – Existência de evasão em sala de aula.....	44
Gráfico 8 – Fatores que conduzem à evasão.....	45
Gráfico 9 – Convivência discente com a diversidade.....	46
Gráfico 10 – Presença de projetos.....	47
Gráfico 11 – Tipos de projetos.....	47
Gráfico 12 – Incidência de Bullying.....	48
Gráfico 13 – Atitude da escola diante do bullying	49
Gráfico 14 – Percepção de trabalho infantil	49
Gráfico 15 – Detecção de violência infantil.....	50
Gráfico 16 – Procedimentos da escola diante de violência sexual.....	50
Gráfico 17 – Presença de espaços para diálogo	51
Gráfico 18 – Utilização dos espaços	51
Gráfico 19 – Presença de articulações na escola.....	52
Gráfico 20 – Articulações citadas.....	52
Gráfico 21 – Manifestação das questões sociais impactado resultado escolar	53
Gráfico 22 – Papel da escola diante das questões sociais.....	53
Gráfico 23 – Importância da inserção do assistente social na escola.....	54
Gráfico 24 – Papel da importância do assistente social na equipe.....	54

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Consentimento dos participantes.....	53
Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	54
Apêndice 3 - Questionário.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: FASE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL	14
1.1 Questão social	20
CAPÍTULO II – QUESTÃO SOCIAL E AMBIENTE ESCOLAR.....	26
2.1 Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação	28
2.2 A Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa Hipótese.....	34
2.2.1. Principais Expressões da Questão Social Percebidas na Escola em Estudo.....	35
2.2.2 Metodologia	37
2.2.3 Análise dos Dados.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
Referências Bibliográficas.....	57
Apêndices	60

01 – INTRODUÇÃO

Nenhuma pesquisa nasce sem haver um elemento motivador. O que nos inspirou a esse estudo foram ações de rotina, presenciadas em uma escola pública municipal de Ouro Preto-MG, espaço onde exercíamos a função do magistério. Podemos afirmar que nossa admissão ao curso de Serviço Social implementou o desenvolvimento da ideia já existente de se escrever sobre esse tema.

O professor observador, que vive todos os dias as experiências diversas de seus alunos, consegue perceber seus conflitos, seus temores, suas dúvidas, mesmo que não seja convocado a fazê-lo. O comportamento modificado de um aluno diz muito para o professor.

Quase sempre, diante de problemas que demandam soluções urgentes, a diretoria de uma escola e os professores precisam viver o trâmite da burocracia, recorrendo às Secretarias de Educação locais para se encontrar a pessoa correta que encaminhará o problema a autoridades competentes. Nesse percurso, os problemas podem se tornar mais sérios ou incapazes de serem resolvidos.

Os profissionais da educação que convivem junto aos alunos conseguem perceber o quanto os problemas sociais podem afligi-los no mundo acadêmico. São muitas as questões sociais que influenciam direta e diretamente os desenvolvimentos do aluno, tanto físico quanto emocional e acadêmico. Essas questões podem vir já com o aluno que se matricula ou surgir durante o curso, de forma que a escola, um espaço pleno de diversidades, acaba por reproduzir essas relações de todas as ordens. São tantas as questões que elas permeiam as pautas dos conselhos de classe, professores relatando para os pedagogos as situações de seus alunos.

Foi como profissional de educação que vivencia diversas vezes as tentativas de soluções dos problemas acima citados que mantive sólida a proposta de escrever essa pesquisa, dando-se preferência ao trato das expressões da questão social tratadas dentro de uma escola municipal. O fato de ser uma instituição de uma cidade do interior de Minas Gerais não afasta a generalidade do fato, que é não particular dessa cidade, mas de todo o nosso país.

A escola, por receber alunos de todas as classes sociais, de ambos os gêneros e etnias, é um espaço privilegiado para se estudarem as expressões da questão social que, direta ou indiretamente, afetam, além do aluno, todos os outros elementos do sistema.

Justifica-se esse estudo, por apresentar, em estudo de caso, o papel fundamental da equipe educacional, que deveria, necessariamente, incluir o assistente social, profissional que deve atuar na identificação das expressões da questão social, bem como na busca de respostas, de acordo com a realidade. Para o serviço social, pesquisas que caminhem no sentido de compreender a educação/escola, bem como as manifestações das expressões da questão social nesse espaço são fundamentais. Esse é um campo de trabalho antigo, mas que ainda não se consolidou. São muitas as questões a serem estudadas nessa área, que possibilitem um melhor direcionamento aos profissionais que já atuam na educação, mas para que também o mercado possa se ampliar, dadas as possíveis contribuições do serviço social.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é de identificar as expressões do ambiente escolar no ambiente escolar, com foco em uma escola pública no município de Ouro Preto. Os objetivos específicos são: definir a expressão “questão social” no contexto educacional; apontar possíveis questões sociais que o ambiente escolar propicia revelar; discriminar o papel da equipe educacional diante de problemas sociais apresentados pelos alunos e salientar o papel do assistente social diante dos problemas sociais que se apresentam na escola.

Esse estudo parte da hipótese de que as expressões da questão social estão fortemente presentes no ambiente escolar e influenciam diretamente no rendimento acadêmico dos discentes, apontando para a importância da incorporação do assistente social nesse espaço.

CAPÍTULO I - FASE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL

Nos anos 1970 ocorre uma nova configuração do capitalismo – “o capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do estágio imperialista” (NETTO, BRAZ, 2010, p.211), sendo esta fase marcada pelo seguinte tripé – reestruturação produtiva, financeirização do capital e neoliberalismo.

A transição da década de sessenta para os anos setenta trouxe uma profunda crise que pôs fim aos “anos dourados”. Esse foi um período em que o capital mostrou um crescimento econômico elevado e taxas de lucro compensadoras. Ao mesmo tempo, prometia-se aos trabalhadores uma sociedade harmônica.

Neste período, via-se a possibilidade de um consumo em massa de produtos, principalmente do automóvel que era o símbolo maior da época. A produção e consumo em larga escala consolidaria o chamado “capitalismo democrático”. O taylorismo-fordismo como modelo produtivo e o keynesianismo como ideologia de Estado possibilitaram a existência do estado de bem-estar social nos países de capitalismo avançado.

Este período inicia-se após a derrota do fascismo e da 2ª Guerra Mundial, em que era preciso traçar novas convivências com o mundo e envolvimento com instituições como a Organização das Nações Unidas – ONU, acordos econômicos como de Bretton Woods, Banco Mundial – BM e Fundo Monetário Internacional – FMI.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, esgota-se esta onda longa expansiva. Anuncia-se o fim do “capitalismo democrático” com taxas de juros em declínio, redução de crescimento econômico, rompimento de acordos e choque do petróleo. O movimento sindical esteve fortemente presente neste período, lutando por melhores condições de trabalho.

No período de 1974 -1975, acaba-se de vez com a ilusão dos “anos dourados”. Houve neste período a recessão generalizada envolvendo as grandes potências imperialistas. Houve queda da taxa de lucro e recuo do crescimento.

As crises, que no período dos anos dourados eram episódicas, nos dias atuais, verifica-se o contrário, em que as crises são dominantes, e as retomadas de crescimento são episódicas. (NETTO, BRAZ, 2010). A resposta do capital para este cenário, de acordo com os

autores, conforme afirmado anteriormente, e que perduram até os dias atuais, está ancorada no tripé - reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

Em face dessa inversão, o capital monopolista formulou e implementou o conjunto de respostas a que aludimos na abertura deste capítulo. E trinta anos depois, na entrada do século XXI, tais respostas não alteram o perfil da onda longa recessiva: o crescimento permanece reduzido e as crises se aprofundaram, entretanto, as taxas de lucros foram restauradas – portanto unicamente sob esse aspecto crucial, não restam dúvidas de que as respostas do capital foram exitosas. (NETTO, BRAZ, 2010, p. 214)

Uma das medidas tomadas é o ataque ao movimento sindical, que é um dos suportes do sistema de regulação social, pois nos “anos dourados”, uma série de direitos sociais foram reconhecidos, mas, diante da crise, argumenta-se que tais direitos devem ser restringidos, pois aumentam os custos para o empregador e também promovem a elevação da carga tributária.

Com a reestruturação produtiva, inicia-se uma introdução de alterações nos circuitos produtivos, diferenciando dos moldes do fordismo / taylorismo. As produções são alteradas de uma fase rígida para uma flexível. Sobre a acumulação flexível (HARVEY apud NETTO, BRAZ, 2010, p.215) afirma que:

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Com a reestruturação produtiva, exige-se uma maior qualificação do trabalhador, novas formas de gestão da força de trabalho, através da participação, envolvimento, comunicação e trabalho em equipe. O trabalhador, ao ser introduzido neste processo produtivo, tem cada vez mais seus direitos usurpados pelo capitalismo, seja pela venda de sua força de trabalho desvalorizada, seja pela falta de legislação protetora do trabalho.

Aliada a estas novas mudanças no modo de produção, há também uma intensiva incorporação de tecnologias, resultantes de avanços técnico científicos que altera de forma radical os processos de trabalho e afeta fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção. Esta mudança de funcionamento faz com que a base produtiva se desloque de suportes eletromecânicos para eletroeletrônicos.

Exige-se do trabalhador uma maior qualificação intelectual para que haja melhor operação das atividades, além da capacidade de participar em atividades múltiplas, tendo uma

força de trabalho qualificada e polivalente. Entretanto, ocorre também um movimento inverso:

Muitas atividades laboratoriais são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento. Assim, no conjunto dos trabalhadores, encontra-se uma parte extremamente qualificada, que em geral consegue um mínimo de segurança no emprego, e uma grande parcela de trabalhadores precarizados. (NETTO, BRAZ, 2010, p.217)

Esta nova forma de produção exige participação, envolvimento, comunicação e trabalho em equipe. Apesar das mudanças, o controle da força de trabalho é feito pelo capital. Houve também um forte estímulo ao “sindicalismo de empresa” ou “de resultados”.

Outro fator importante de ressaltar é o empenho do capital em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: sobre a quebra de consciência de classe de trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa, não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” e etc. (NETTO, BRAZ, 2010, p.216)

Diante da reestruturação produtiva, houve grande transformação no perfil industrial. Outra mudança significativa foi o repasse de atividades para a terceirização como forma de externalizar os custos, porém mantendo o controle do conjunto da produção. O resultado da terceirização recai sobre o trabalhador assalariado, através de redução salarial e precarização do emprego. Sobre as transformações do capital na fase contemporânea do capitalismo, Netto e Braz (2010, p.218) afirma que:

Todas as transformações implementadas pelo capital tem como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Como mencionei anteriormente o ônus de todas estas mudanças recaíram fortemente sobre os trabalhadores. A retórica do “pleno emprego” dos “anos dourados” foi substituída no discurso dos defensores do capital, pela defesa de formas precárias de emprego sem quaisquer garantias sociais e do emprego em tempo parcial (também frequentemente sem garantias), que obriga a buscar o seu sustento simultaneamente, em várias ocupações.

Ainda sobre a reestruturação produtiva nas grandes empresas, cabe ressaltar que somente um grupo pequeno de trabalhadores dispõe de garantias e direitos. Ao contingente maior de trabalhadores cabe-lhes a terceirização de atividades e serviços, em que são

submetidos a condições precárias de trabalho - alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistência etc. (NETTO, BRAZ, 2010)

Nesta fase contemporânea do estágio imperialista, a estratégia do capital impactou fortemente os trabalhadores – e tornou-se lugar comum salientar as transformações do “mundo do trabalho” entre as quais destacam-se a crise do movimento sindical e a redução do contingente dos operários industriais. (NETTO, BRAZ, 2010, p. 219)

Esta crise atingindo o movimento sindical foi uma medida que afetou fortemente a capacidade de resistência dos trabalhadores sob o comando do capital. Netto e Braz (2010) salientam que mesmo tirando a capacidade de resistência dos trabalhadores, a importância do movimento sindical não pode ser descartada, pois o proletariado é a classe capaz de promover a supressão do capitalismo.

Outra consideração importante, de regressão social, neste período é “o capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente” (NETTO, BRAZ, 2010, p.220), e agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível. Assim, vivenciamos ainda a exponenciação da “questão social”.

Para Netto esta continua naturalizada, mas acrescida da criminalização do pauperismo e dos pobres – de onde a repressão expandida, das exigências da “tolerância zero” ao crescimento das soluções cancerárias. Situações provenientes da questão social que antes estavam sob controle nos “anos dourados” agora neste período do capital contemporâneo adquirem novas dimensões que antes eram discretas. (NETTO, BRAZ, 2010, p.220)

No que tange principalmente à exploração do trabalho, cabe destacar aqui o aumento das jornadas de trabalho, a presença do trabalho infantil, salários diferenciados para homens e mulheres, bem como o trabalho semiescravo ou até mesmo escravo. A situação da exponenciação da “questão social” perdura não só nas periferias como também em países centrais e a lei geral da acumulação capitalista mostra seu efeito implacável.

[...] Em 1997, a proporção da população que vivia na pobreza chegava a 16,5% nos Estados Unidos e a 15,1% no Reino Unido [...] os dois países-símbolos do neoliberalismo são [...] os campeões da pobreza entre os países industrializados [...]. Na Grã-Bretanha, a desigualdade dos rendimentos [...] em 1990 era mais flagrante que nunca desde a Segunda Guerra Mundial e se agravou mais rapidamente que na maioria dos demais países[...]: em vinte anos, os 10% de rendimentos mais baixos perderam 20% de seu poder aquisitivo, ao passo que o dos 10% mais altos aumentava 65%[...] nos Estados Unidos, a parcela do PIB destinada aos 5% mais favorecidos da população passou de 16,5% em 1974 para 21% em 1994, enquanto a

dos mais pobres caía de 4,3% para 3,6%. (PASSET apud NETTO, BRAZ, 2010,221).

Diante do monopólio do grande capital, e as novas formas de produção, como a mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o rumo da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social. (MUNDIAL apud NETTO, BRAZ, 2010).

Estes grandes monopólios controlam em escala mundial todos os setores da engenharia, tecnologia, produtos veterinários, sementes, produtos farmacêuticos, alimentos, bebidas e garantem a distribuição com redes de amplitude mundial. Composto por um círculo restrito de homens e umas poucas mulheres, constitui uma nova oligarquia concentradora de um enorme poder econômico e político.

Esses homens [...], os mais influentes do planeta, possuidores de poderes jamais vistos na história da humanidade, se encontram regularmente em centros de conferências virtuais e em “espaços” privilegiados de articulação, seguros e afastados do “olho público”. [...] com uma visão global e referências mentais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente [...] contornam Estados Nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas e contribuindo para a formação do [...] “pensamento único”. [...] Esse tipo de articulação] viabiliza e perpetua o segredo político-estratégico, subtraindo as questões vitais do olhar público [...]. Por outro lado, muitos dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sócias (congressos, parlamentos, governos estaduais, autarquias estatais, associações e instâncias políticas diversas) se mostram ineficazes, enquanto os mecanismos e as práticas convencionais da política passam a ser vistos como inadequados. (DREIFUSS apud NETTO, BRAZ, 2010, 224)

Esta concentração do poder econômico conduz a uma enorme concentração do poder político. O grande capital desqualifica a política, tomando decisões estratégicas por si próprio, mas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação nestas decisões.

Neste contexto, o Estado é chamado para intervir na economia, mas deixando de cumprir sua função como garantidor dos direitos e conquistas sociais. Vale ressaltar que a economia capitalista não funciona sem a intervenção do Estado e que o Estado na verdade age em favor do capital, atuando com Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO, BRAZ, 2010), contribuindo desta forma para o processo de acumulação capitalista, que tem como lógica a concentração de renda nas mãos de poucos e aumento da pobreza e da

miséria. Ocorre, neste período, a ampliação das desigualdades sociais e o agravamento da questão social.

O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho, a flexibilização comentada no item precedente, e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. (NETTO, BRAZ, 2010, p. 228)

Este mesmo grande capital prosseguiu impondo contrarreformas, dentre as quais o processo de privatização do Estado, passando para o grande capital a exploração de complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica), bem como de serviços (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, bancos, saneamento básico).

Tal cenário trouxe aos países o que Netto e Braz (2010) chamam de desnacionalização da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos em países centrais e periféricos. Este movimento caracteriza-se também pela globalização, em que o grande capital impõe uma desregulamentação universal que vai além das relações de trabalho. Como foi dito anteriormente, o objetivo é garantir a plena liberdade em escala mundial e que não haja barreiras para o livre domínio do capital, que age com o máximo de rigor para defender seus interesses.

Assim, fica em evidência que as propostas neoliberais veem com objetivo não de favorecer o trabalhador e sim fazer com que perca ainda mais seus direitos adquiridos e conseqüentemente preservar os rendimentos do capital financeiro e toda sua estrutura.

Entre as propostas neoliberais está um amplo programa de privatização das necessidades sociais, aprofundando as desigualdades sociais. O Estado neoliberal tem como meta a regulação das relações econômicas, enquanto aos indivíduos cabe a responsabilidade de se virarem no mercado (IAMAMOTO, 2009).

Diante a privatização das políticas públicas, ocorre um processo de desorganização, destruição e precarização dos serviços públicos, eximindo o Estado em suas responsabilidades sociais.

Articulada a reestruturação produtiva e ao Estado neoliberal, a financeirização contempla os grandes fluxos econômicos mundiais que marcaram o capitalismo. Segundo Netto e Braz (2010, p.229)

Os três grupos que lideram o campo imperialista, constituintes da chamada tríade (Estados Unidos, União Europeia e Japão) realizam entre si o grosso das transações comerciais, fundamentalmente operadas pelos grandes monopólios e processadas entre suas matrizes e filiais/ subsidiárias (trata-se do comércio chamado intracorporativo).

Agregados a um monumental sistema de financeirização, temos sistemas bancários e financeiros cujo objetivo principal é a superacumulação, mas sem investimento no processo produtivo. O capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo, e mantém o sistema financeiro através dos juros. Existe no capitalismo um grupo que vive deste capital (capitalistas rentistas). Este dinheiro não é investido de forma produtivamente e sim succiona ganhos (juros) da mais-valia global.

Ainda sobre a financeirização no capitalismo contemporâneo, segundo Netto e Braz (2010, p.233):

No protagonismo da financeirização estão fundos originalmente constituídos para garantir rendas suplementares a assalariadas na condição de aposentado (os “fundos de pensão”) – alguns desses fundos têm dimensões e atuação mundiais e são geridos por profissionais das finanças que atuam do mesmo modo que os especuladores.

O FMI - Fundo Monetário Internacional – tem sido um importante representante dos interesses da oligarquia das finanças diante das necessidades dos países periféricos. Estes pedem dinheiro emprestado para quitar dívidas, fazer investimentos, mas acabam contraindo mais dívidas, onde os credores só se interessam no pagamento dos juros que são altíssimos, levando países à ruína e à total dependência.

Assim, verifica-se na fase contemporânea do capitalismo uma forte ofensiva do capital sobre o trabalho. Criou-se um maior contingente histórico de desempregados, subempregados e empregados precarizados. A exponenciação da “questão social” que não superou as formas de exploração de homens e mulheres, só modernizou a exploração através do uso de recursos tecnológicos (NETTO, BRAZ, 2010).

Mas, segundo Netto e Braz (2010), o capital parece vitorioso, em que as taxas de lucro voltaram ao patamar dos “anos dourados”, entretanto as taxas de crescimento são medíocres e as crises se multiplicam. Assim, pode-se verificar os contrastes resultados desta ofensiva:

O saldo de ofensiva do capital, apreciado brevemente, explicita as três questões que aparecem como próprias do “mundo novo”: o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e dentro do mundo do rico, entre os seus ricos e seus pobres); a ascensão do racismo e da

xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos. Nenhuma dessas questões pode ser resolvida nos marcos do capitalismo contemporâneo. (NETTO, BRAZ, 2010, p.238)

1.1 Questão social

Conceituar “questão social” é sempre uma tarefa difícil, tendo em vista que é um conceito marcado por dicotomias associadas ao modo de produção capitalista. O conceito tem sua origem em 1830. Segundo Steim (s/a, p.1)

a “questão social”, assim nomeada pela primeira vez em 1830, tem origem na Europa, a partir das grandes transformações sociais, políticas e econômicas advindas da Revolução Industrial. Tem como fundamento o reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculadas às modernas condições de trabalho humano.

De acordo com Pinheiro e Dias (apud STEIM, s/a, p.1):

a questão social foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do Século XIX, devidas à industrialização. Inicialmente essa questão foi levantada quando com a tomada de consciência da sociedade, ou parte dela, dos problemas decorrentes do trabalho urbano e da pauperização como fenômeno social.

O tema despertou interesse de estudiosos que devido à conjuntura econômica e política da época perceberam que se tratava de um “fenômeno novo”, que já trazia consigo desigualdades entre várias camadas sociais, destacando como pontos importantes: o fenômeno da diferente apropriação e fruição dos bens sociais e a radical e nova dinâmica da pobreza (fenômeno do pauperismo e instauração do pauperismo concorrencial).

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz, progressivamente, de produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente ” (NETTO, 2009, p. 42-43).

Assim, a questão social advém de transformações a partir da Revolução Industrial, bem como, diante da tomada de consciência da situação de pobreza advinda desse momento a partir da exploração do capital pelo trabalho. Está associada a situação de pauperização

advinda com o capitalismo, tendo em vista que se amplia o processo produtivo, mas amplia-se a pauperização das classes subalternas.

As contribuições de Netto (apud TOMÁS, 2013) são importantes para analisarmos a questão social:

- a expressão surge para apontar a pobreza decorrente da primeira onda surgida da industrialização, com sérios desdobramentos sociopolíticos;
- a partir do século XX, a expressão passa a fazer parte do vocabulário dos conservadores, expressando urgência para manutenção e defesa da elite burguesa, perdendo, pouco a pouco, sua estrutura historicamente construída e tornada naturalizada pelos grupos conservadores laicos e confessionais. Nesse caso, a questão social passa a ser tratada como atributo sem eliminação procedente de qualquer ordem social, necessitando de intervenção política. Conceitua-se como “objeto de ação moralizadora”;
- em 1867, com o livro “ O Capital”, de Karl Marx, percebe-se uma anatomia da questão social: ela é determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital-trabalho.

Assim, a questão tem como cerne a desigualdade e divisão entre duas classes: capitalismo X classe trabalhadora. Para Marilda Iamamoto, a questão social tem como raiz: “a produção social (que é cada vez mais coletiva) enquanto a apropriação dos seus frutos pela classe trabalhadora, mantém-se privada e monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

O capitalismo é o detentor dos meios de produção, enquanto a classe trabalhadora dispõe de sua força de trabalho para servir ao capital. Nesta correlação de forças, constatamos a desigualdade na distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países.

Apesar da globalização, do homem ter acesso à natureza, cultura, ciência e desenvolver as forças produtivas do trabalho social, ainda assim há uma forte relação entre concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados de primeiro mundo. (IAMAMOTO, 2009)

Para Iamamoto (2009), apesar de a produção ser coletiva, a apropriação do produto final produzido pela classe trabalhadora é privada. Há sim grande circulação de produtos, porém, nem todos têm acesso ao fruto do seu trabalho. A autora destaca ainda o papel da

classe trabalhadora, pois são sujeitos que vivenciam as desigualdades, mas que a ela também resistem e se opõem.

Para Iamamoto (2009), é preciso buscar nesta correlação de forças formas de lidar com esta pressão social e essencialmente buscar a defesa da vida. A autora também cita as múltiplas expressões da questão social e as novas características que assume na contemporaneidade, deixando claro que não existe uma “nova questão social”, mas sim que ela ganha novas expressões de acordo com o tempo histórico. Da mesma forma, Netto (2000) afirma que não existe “nova questão social”, mas questões contextualizadas, ou seja, a cada tempo a questão social ganha roupagens diferentes.

Iamamoto (2000, p.10) expressa o ponto de vista segundo o qual:

a questão social produzida e reproduzida ampliadamente tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto ‘disfunção’ ou ‘ameaça’ à ordem e à coesão social. É apresentada como uma ‘nova questão social’ resultante da ‘inadaptação dos antigos métodos de gestão do social’, produto da crise do ‘Estado Providência’. Frequentemente a programática para fazer frente à mesma tende a ser reduzida a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais, na órbita da ordem instituída nos marcos da mundialização do capital sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais.

Na contemporaneidade, os problemas sociais estão cada vez mais presentes, o que está diretamente ligado à implantação do neoliberalismo, elevando o número de pessoas em condições de pobreza, de exclusão e de subalternidade, aumentando a desigualdade social em grande magnitude e as consequências da atual recessão econômica promove ainda um volume mais agravante de marginalizados.

Ao mesmo tempo, podemos inferir que questão social costuma ser camuflada sob o rótulo de problemas sociais e vinculada apenas à questão da pobreza, quando a gênese é muito maior do que se imagina.

Em seu artigo sobre as particularidades da “questão social” no Brasil, Josiane Santos (2012) trata sobre a profundidade da crise econômica atual. Tal afirmação é unânime até entre analistas de diferentes perspectivas. “É praticamente um consenso, mesmo entre analistas de diferentes perspectivas ideológicas, que vivemos atualmente uma profunda crise econômica.” (SANTOS, 2012, pág. 431)

A “questão social” apresenta suas particularidades diante das configurações contemporâneas do capitalismo. Santos (2012) analisa estas configurações contemporâneas como consequências da crise. “Nesse andamento, portanto, as configurações contemporâneas

da “questão social” devem ser vistas como consequências da crise” (SANTOS, 2012, pág. 431).

Entretanto, merece destaque neste trabalho as contribuições da autora sobre as particularidades da questão social no Brasil, partindo da formação sócio histórica brasileira pautada na “super exploração do trabalho pelo capital e a passivização das lutas sociais” (SANTOS, 2012, pag. 432).

Podemos dizer que a super exploração do trabalho pelo capital faz parte da história do país. Analistas chamam atenção para sua flexibilização/precarização enquanto um fenômeno associado ao estágio da acumulação flexível do capital e sua crise mais recente que data dos anos 1970, entretanto, em países periféricos como o Brasil, a flexibilização/precarização do trabalho existem desde a formação capitalista.

Diante destes fatos podemos afirmar que: a flexibilização/precariedade já fazem parte da exploração do trabalho a bastante tempo, desde que em países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e Welfare State. (SANTOS, 2012, p.434)

Não podemos também deixar de citar o processo migratório na década de 1930, quando estava iniciando o processo industrial brasileiro.

[...] quando paralelamente ao início da industrialização se consolida a legislação trabalhista/corporativista, os trabalhadores organizados e protegidos por estas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, ainda localizados em algumas capitais e em meio a uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de marginalizados das cidades sem quaisquer direitos sociais. Embora os sindicatos tenham surgido no início do século, a ausência de bases sociais mais amplas e solidas impediu que exercessem uma ação política mais independente, eficaz e generalizada na sociedade. (MATOSO apud SANTOS, 1995, p. 122).

Com a industrialização, segundo Santos (2012), mesmo com o surgimento dos sindicatos, esses não foram capazes de garantir que a força de trabalho fosse valorizada, o que consolidou na relação capital/trabalho pautada na super exploração.

Importante mencionar a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) espécie de poupança forçada que indeniza o trabalhador demitido sem justa causa, em substituição a estabilidade no emprego. A instituição do FGTS dava ao trabalhador uma espécie de “segurança” ao sair do emprego.

“O FGTS funciona por meio de um desconto em folha que arrecada previamente, como garantia uma espécie de “poupança forçada” devida ao trabalhador demitido sem justa causa (e com menos de dez anos no emprego) sob forma de indenização equivalente ao salário de um mês de serviço para cada ano do emprego.” (SANTOS, 2012, p.436).

A princípio, o FGTS seria mais um “benefício” para a classe trabalhadora, porém se configurou como mais uma estratégia utilizada pelos capitalistas para manter a acumulação de riquezas, precarizando de forma cada vez mais intensa as condições de trabalho.

No período mais recente, podemos citar a era Lula/Dilma e a reposição das particularidades históricas da “questão social” no Brasil. No governo Lula, podemos destacar algumas ações que deram protagonismo ao governo como: expansão da assistência social, crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo (MOTTA apud SANTOS, 2010).

Estas políticas focalizadas e conceituadas como de enfrentamento à pobreza, são operadas, em geral, pelas elites. Nota-se que as políticas sociais mais estruturadas, como saúde, as aposentadorias, a educação, dentre outras que os governos neoliberais transformam em serviços mercantis, são objeto de uma forte reação da direita Continental, historicamente patrimonialista, oligárquica e antirreformista, frente a qualquer iniciativa de universalização. (MOTTA, AMARAL, PERUZZO apud SANTOS, 2010, p.438).

Outro fator que aumenta o grau de precarização e flexibilidade do trabalho é a terceirização, que segundo Santos, é a fonte de “barateamento” do valor do trabalho. Junto com a terceirização vem outro incentivo: o empreendedorismo, que segundo Santos (2012, p. 442) “tem grande impacto no mascaramento dos índices de desemprego no país”.

Para finalizar podemos concluir pelas palavras de Santos que: “[...] O fato de o Brasil ocupar hoje a sexta posição no ranking da economia mundial [...] Não se traduziu até o momento na redução da desigualdade social” (SANTOS, 2012, p. 445).

CAPÍTULO II: QUESTÃO SOCIAL E O AMBIENTE ESCOLAR

A declaração de Piana (2009, p.59) nos emite uma opinião muito clara sobre o que se pensa da escola no presente tempo:

a Educação, nos últimos tempos, ocupou lugar de destaque nas esferas econômica, política e cultural e um campo da vida social de tensão pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, especialmente para conquistar-se a hegemonia política e cultural na sociedade.

Neste mesmo sentido, Amado e Freire (apud POIARES, 2006, p.229) afirmam sobre o cotidiano escolar:

É certo que o cotidiano escolar proporciona uma enorme diversidade de vivências sociais, desde as situações nas quais professor e alunos entre si se encontram, num quadro formal de ensino e de aprendizagem, em que uns e outros possuem à partida estatutos e papéis bem definidos, até às situações de carácter mais ou menos informal, nas quais os papéis e os estatutos decorrem das interações que se desenvolvem espontaneamente entre pares. (...) A relação entre pares constitui um aspecto fundamental do desenvolvimento socio emocional e sociocognitivo da criança e do adolescente, contribuindo de forma decisiva para a construção social do conhecimento de si próprio e dos outros”.

Para Poiares (2006), a escola é o espaço onde as relações humanas geram inúmeras reações, mas que a maioria dos fatores de suas gêneses ocorrem fora dos muros da instituição.

Pode e deve, portanto, ser considerada, como elemento ilustrador dessa multiplicidade de reações e de relações, os professores e outros profissionais podendo ter a chance de observar os comportamentos dos discentes sem que eles mesmos percebam. Uma das reações de desvio comportamental mais perceptível hoje nas escolas é a atuação discente em comportamentos ilícitos, entre eles a violência contra si e contra professores. O autor cita vandalismos, eventos de *bullying*, comportamentos estranhos dentro e fora da sala de aula, além de ações que envolvem atos de delinquência.

Poiares (2006) aponta a tendência de suicídios de alunos, comportamentos agressivos de *bullying*, uso de armas brancas e de fogo no interior dos estabelecimentos, a automutilação e o uso de droga como novas formas comportamentais desviantes no mundo escolar. A pobreza, desagregação familiar, a preocupação dos pais em relação à profissão, a pouca atenção dada aos filhos são alguns dos fatores que podem promover estes eventos dentro e fora da escola.

Neste sentido, as expressões da questão social estão amplamente presentes no ambiente escolar, o que se acirra em contextos de crise ou de regressão de direitos. Muitos estudantes deixam de comparecer à escola porque precisam trabalhar ou por falta de motivação e inspiração, o que contribui para o aumento de pessoas sem qualificação profissional.

As mazelas da pobreza são percebidas claramente em instituições escolares e houve, de alguma forma, preocupação em se detectarem as gêneses de determinados comportamentos e seus impactos na vida dos discentes. Se, em algumas escolas, essa função foi delegada ao pedagogo ou assistente social, em outras foi o professor quem teve que detectar, denunciar e buscar as soluções para os problemas detectados, quando possível.

Para Amaro (2012, p.14-18), “a escola deixou de ser um lugar neutro” para se transformar em “ponto de encontro de convivência social”, e, por isso, “passa a ser palco de problemas sociais de toda ordem”. Professores, diretores e outros profissionais convivem todos os dias com os mais diversos problemas, expressões da questão social. Faz-se necessário que a escola se prepare para perceber, avaliar, discutir e buscar encaminhamentos para estas questões.

Piana (2009, p.77) afirma sobre a gestão escolar democrática, o que pode ser um caminho para minimizar os impactos da questão social no ambiente escolar:

A gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participem da definição dos

novos rumos que a escola deve imprimir à educação e do modo de implementar essas decisões, por meio de um processo contínuo de avaliação de suas ações. Pode-se apontar como elementos constitutivos dessa forma de gestão, a participação, a autonomia, a transparência e a pluralidade, viabilizados por meio de instrumentos diretos de sua ação nos conselhos escolares como espaços de participação e de decisões. É importante considerar que a democratização da educação, aqui apresentada, extrapola as ações voltadas para a ampliação do atendimento escolar. É por meio dessa postura assumida pelos sujeitos e dirigentes educacionais que participam do processo educativo, que se inaugura o sentido democrático da prática social da educação.

Para maior esclarecimento sobre o que sejam as expressões da questão social e qual o papel do assistente social em sua ação diante delas, usaremos a seguir o texto de Campos et al (2011), organizadores do Grupo de Trabalho de Educação do Conselho Federal de Serviço Social.

2.1 Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação

Este documento foi elaborado por Campos et al (2011) - grupo de trabalho do conjunto CFESS-CRESS. Nele se apresenta um debate a partir do acúmulo teórico e político da categoria, fornecendo subsídios para se usarem de melhor forma o aprofundamento e a reflexão sobre a inserção e a atuação do profissional de Serviço Social na educação. Com relação à inserção do Serviço social nesse setor, cabe ressaltar que essa discussão se configura “ao longo da história da constituição da profissão como demanda constante e crescente aos profissionais de serviço social.

Não se pode negar que, ao longo dos anos, houve avanços significativos quanto à inserção do assistente social na educação, mas há muito que se fazer, sobretudo ao que se refere à forma de como deve ser sua atuação na política social de educação e a respeito da socialização do debate acumulado entre a categoria.

Esse documento também tece como proposta contribuir para as discussões apresentando produções teóricas sobre a política social de educação e sobre as particularidades da inserção do Serviço Social nessa política. É o resultado de documentos apresentados nos ENPESS's, CBAS's, bem como publicações editadas na revista “Serviço Social e Sociedade” e outras revistas acadêmicas, vinculadas ao debate da profissão, além de dissertações, teses e livros publicados. É apresentado também orientação para proposição de projetos de lei sobre a inserção do serviço social na educação.

O Grupo de Trabalho CFESS-CRESS, através da sua publicação, busca incentivar o profissional de serviço social nas participações em congressos, conferências, conselhos de educação, da criança e do adolescente e a articulação com sindicatos e outras esferas do poder (executiva, legislativo, judiciário), enfim, com outras forças políticas. O grupo ressalta que essa discussão não encerra de forma algum esse debate, mas cabe um “aprofundamento teórico metodológico, um compromisso ético-político e uma qualificação técnico-operativa, bem como reafirma a perspectiva dos direitos inerentes à direção construída pelo Serviço Social no Brasil”. (CFESS-CRESS, 2011, p.3)

Segundo os organizadores da publicação e como foi ressaltado anteriormente, a presença do assistente social na área da educação já é uma discussão que permeia “desde a origem dos processos sócio- históricos constitutivos da profissão até o presente. Foi a partir do amadurecimento do projeto ético-político profissional que a profissão ganhou mais destaque na educação, devido às inscrições de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995.

Verificou-se que, em muitos estados brasileiros, a discussão da atuação do profissional do serviço social na área da educação ganhou um maior destaque, quando se deu origem às discussões temáticas nesse grupo de estudo, constituído no 30^o Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, em 2001, como um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação. Nele foram tratadas questões como a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do serviço social e a atuação do assistente social no setor escolar bem como garantia do direito à educação. A ele foi incorporado o parecer jurídico 23/2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Este documento fala da implantação do serviço social nas escolas de ensino fundamental e médio. Quanto à inserção do assistente social no ensino fundamental, já configura nos artigos 4^o e 5^o da Lei 8662/1993.

Uma demanda apresentada pelo grupo citado acima é o acompanhamento dos projetos de lei e das legislações que regem a atuação do assistente social no setor educacional. Ainda quanto aos projetos de lei, foi elaborado pelo professor Ney Luiz Teixeira de Almeida um parecer específico sobre o projeto de lei que versava sobre a inserção do/a assistente social na área da educação. Naquela ocasião foi então elaborado pelo referido professor o documento intitulado “parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na educação” (CFESS-CRESS, 2011, p.6).

Após a instituição deste documento, houve outros congressos como o trigésimo quinto quando se escolheu representação em cada uma das cinco regiões brasileiras e ainda mais quatro representantes do CFESS. Não houve reunião desse grupo, transferindo esse encontro para 2007. Houve, do mesmo modo, mudança do conjunto CFESS-CRESS com a constituição de novos membros. Esse grupo continuou a se reunir regularmente.

Em 2008 e 2009, houve um levantamento de projetos de lei e legislação de profissionais do Serviço Social que “atuavam em escolas” e que “estavam tramitando no âmbito dos poderes legislativos municipais, estaduais e nacional (CFESS-CRESS, 2011, p.7)

Em 2010, houve necessidade de aprofundar o debate sobre a inserção do assistente social na educação. Foi feito um levantamento desses profissionais no Brasil e elaborada uma ficha de identificação, mapeando em quais modalidades da educação o assistente estava inserido. Foi elaborado um roteiro para orientar a discussão do serviço social na educação nas regiões bem como levantamento das produções teóricas no período entre 2000 a 2010 com publicações na Revista Serviço Social e Sociedade e os anais dos CBASs. De posse desse material, foi elaborada a produção deste documento intitulado “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”, que serviu de análise durante a elaboração de debates estaduais e municipais em 2011. Este título levou o Grupo de Trabalho CFESS-CRESS a construir uma proposta para 2011, que foi aprovado no 39^o Congresso Nacional CFESS-CRESS. Seguiram-se debates, acompanhamento, monitoramentos, atualização de bibliografia de pesquisa sobre o tema até a publicação final sobre “Serviço Social na Educação” após a realização do “Seminário Nacional de Educação” de 2012. Cabe ressaltar que ele é uma compilação de estudos e debates realizados em congressos a partir de 2001.

Grande colaborador e incluso no grupo está o professor citado, Ney Luiz Teixeira de Almeida, que ressalta a importância da educação organizada sob a forma de política pública. Segundo o prof. Almeida, essa forma de organização da educação “se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista” (CFESS-CRESS, 2011, p.12). Salienta o acadêmico a importância da política educacional que herdamos ao longo da história e cita a interferência de “organismos multilaterais na formulação de diagnósticos da realidade social e educacional e das diretrizes para as políticas públicas dos países periféricos”. (CFESS-CRESS, 2011, p.12). Cabe ressaltar que essa formulação de diagnósticos da realidade social por organismos multilaterais, na maioria das vezes, não condiz com a nossa real situação que está muito aquém dessa realidade.

Prof. Almeida também cita o Banco Mundial como gestor de projetos de educação no Brasil, com o avanço no ideário neoliberal. Na verdade, essas diretrizes pontadas pelo Banco Mundial,

“condensam um conjunto de interesses oriundos de diferentes frações da burguesia internacional que, sob a hegemonia do capital financeiro, atuam na ampliação de seus negócios e que, por essa razão, necessitam de aparatos institucionais que situem sob novos patamares o papel dos estados nacionais (CFESS-CRESS, 2011, p.13).

O banco assume a postura de gestor dos processos e necessidades econômicas mais globais como expansão no setor privado de serviços, a demanda por mão de obra qualificada, produtos e serviços de qualidade, valorização do consumo, entre outros. Esses “interesses em questão são incorporados nas diretrizes do Banco Mundial que apontam para a necessidade de adoção, por parte dos países considerados ‘em desenvolvimento’ ou ‘periféricos’ de medidas que visem uma dupla reforma educacional, sustentada em alguns pilares como prioridade para o ensino fundamental, desenvolvimento de processos de gestão voltados para a qualidade e para a eficiência da educação, condução de reformas dos sistemas educacionais, entre outros (CFESS-CRESS, 2011, 13).

Professor Almeida cita a criação de “instituições escolares autônomas” e responsáveis por seus resultados, convocação de pais e da comunidade para exercerem maior responsabilidade sobre assuntos escolares. Essas medidas foram incorporadas no Brasil a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso e mantidas no Governo Lula. Cabe ressaltar a combinação de medidas implantadas pelo Banco Mundial, “uma realidade já marcada por profundas desigualdades sociais” (CFESS-CRESS, 2011, p.14)

É importante salientar a presença de outros “autores” que fazem parte desse cenário no processo de mundialização do capital ao longo dos anos de 1990, entre os quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ainda nesse cenário, surgem as reivindicações dos movimentos sociais no campo da democratização de acesso e das condições de garantia da qualidade da educação pública se confrontavam com versões tecnicistas forjadas em escala global e sintonizadas ao novo vocabulário da hegemonia neoliberal. Na contramão dessas reivindicações surgem medidas “paliativas” como Plano Decenal de “Educação para Todos”, o FUNDEF, o PNE, entre outros. Tais legislações que regem esses planos foram “elaboradas em consonância com as diretrizes dos organismos multilaterais e com recomendações e deliberações oriundas de conferências

promovidas pelos órgãos de cooperação técnicas sobre temas centrais para a condução das políticas públicas"

(CFESS-CRESS, 2011, p.14). É importante ressaltar que as conferências abordavam as “referidas questões que já constavam na pauta de mobilização e luta dos movimentos sociais brasileiros e que parte das recomendações aprovadas também coincidiu com os seus interesses, além de representarem passos importantes para a construção de um reconhecimento em escala mundial dos direitos humanos e dos sujeitos sociais envolvidos (CFESS-CRESS,2011, p.15)

As diretrizes citadas acima tornaram-se visíveis a partir da aprovação da nova LDB, em 1996. O que se vê a partir da prática dessa nova LDB é um governo “centralizador” na elaboração de documentos, instrumentos de avaliação e na definição de parâmetros e condições de funcionamento, principalmente no campo da educação básica” que agora é de responsabilidade do governo municipal (CFESS-CRESS,2011, p.17). Com a aprovação do FUNDEF, não representou acréscimo de recursos novos na área da educação, apenas redistribuiu os recursos já existentes. Segundo Almeida (CFESS-CRESS,2011, p.18), com a criação do FUNDEF, houve também o processo de “descentralização”, com diminuição da participação da União no montante de recursos e do aumento da participação de estados e municípios. Implantaram-se instituições federal de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Criaram-se o REUNI, estágio de estudantes de nível superior (ensino médio, fundamental, EJA e educação especial através da lei 11.788, de 28 de setembro de 2008.

Cabe destacar aqui outras “criações” do governo para “ controle” e avaliação da educação nas séries iniciais: Educonsenso, Provinha Brasil, Mais Educação.

Retomando a discussão sobre a descentralização, cabe ressaltar que, pela Constituição Federativa de 1988 e a LDB de 1996, ficaram estabelecidas as responsabilidades de gastos nas diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal). Tais procedimentos de gastos e acompanhamentos têm o controle dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) de 2001.

Em se tratando da trajetória da política educacional, de lutas travadas em diferentes estâncias, como pensar na inserção do assistente social no âmbito dessa política? O grupo de estudo afirma que cabe ao profissional de assistência social o desafio e a necessidade de compreender a complexidade de suas instituições e os processos políticos que as particularizam

Como profissional do Serviço Social, é preciso fazer um trabalho que dê visibilidade à “inclusão social”, “valorização da educação” e da “cidadania”, estudo das desigualdades sociais que marcam as condições como uma política efetivamente pública.

Como recurso metodológico para se chegar às discussões, fez-se um levantamento sobre o trabalho do assistente social na educação, em 2010. Por meio de ofício, foi enviado aos conselhos regionais ficha de identificação das instituições e equipe e um questionário com roteiro a serem preenchidos.

O primeiro momento do trabalho – identificação do material enviado por meio de relato de cada membro do GT - possibilitou ao grupo identificar as dificuldades enfrentadas em cada região, tanto em relação ao processo de distribuição quanto de devolução das fichas e dos questionários assim como a reflexão de adesão ao levantamento. Não houve resposta elevada quanto ao retorno dos questionários enviados aos profissionais que atuavam com a política educacional nas cinco regiões, a cobertura foi relativamente baixa. Cumpre salientar que a menor recepção foi da educação indígena e a maior o ensino fundamental. Ensino médio ficou como segunda menor recepção. Toda uma metodologia foi aplicada à análise de dados recebidos. Respostas indicam três formas predominantes de compreensão sobre essa concepção. Como resultados, percebe-se que as legislações sociais, especificamente as que regulam o campo educacional, como a LDB, por exemplo, além do ECA aparecem como aportes para essas concepções. Em continuidade, apontam-se autores que servem como referência para a formulação de uma concepção de educação norteadora do trabalho profissional.

Há de se destacar que não se expressa na educação um consenso em torno da concepção de educação que orienta o trabalho do/da assistente social nesse setor, como pode ser percebido em outras áreas. Maior parte das respostas confirmam a concepção de profissão em sintonia com lutas sociais por nova ordem societária. Destacam-se formas de conceber a atuação do profissional. Na área de educação com articulação com processos de controle social e luta por direitos sociais, assim como indicações de ordem metodológica. Quanto à inserção, há necessidade de ações investigativas e de desvelamento das múltiplas determinações da realidade. Atividades desenvolvidas e mais citadas no levantamento foram: trabalho preventivo, encontros temáticos, encaminhamentos institucionais, acompanhamento das condicionalidades dos programas sociais como a frequência escolar, promoção de articulação entre as políticas sociais para a inclusão social, abertura de canais de

comunicação com órgãos de garantia de direitos e realização de trabalhos junto a professores com vistas a discutir educação na contemporaneidade. A ideia é totalmente mediadora.

A possibilidade e os entraves para a materialização do projeto ético-político profissional nas experiências do serviço social na política da educação foram discriminados. Dentre as possibilidades citaram-se o campo do reconhecimento da educação como um direito social e na articulação da ação profissional aos processos sociais de luta e valorização da educação, o código de ética, o contato com população atendida, a autonomia do profissional, os processos de fortalecimento da participação da população na vida escolar; a concepção de educação que defende formação integral dos educandos e as políticas de assistência estudantil. Dentre os entraves salientaram-se os elementos da própria dinâmica da política educacional – instâncias de gestão além da ultrapassagem dos limites impostos pelo pensamento conservador, a efetivação dos direitos de cidadania nos marginalizados, os limites impostos à participação familiar na gestão escolar e na política educacional; pouca produção de estudos sobre serviço social na educação; precarização dos recursos nas políticas sociais de modo geral e falta de clareza dos demais profissionais da educação. Percebem-se tensão no interior das equipes multiprofissionais e pouca valorização de profissionais da educação pelo governo. Como entrave mais importante cita-se a política da educação, estática, pouco flexível.

Quais seriam, então, o papel do assistente social no ambiente escolar? As respostas são:

- Garantia do acesso da população à educação formal (função mediadora) – visitas domiciliares, abordagens grupais, estudos e encontros, articulação com conselhos e ministério público. Maioria dos questionários: ações, programas e projetos institucionais de assistência estudantil, mais visíveis no ensino superior, educação profissionais e tecnológicas.
- Garantia de permanência da população nas instituições de educação formal – depende dos programas que são desenvolvidos nos estabelecimentos escolares, dinamicidade e modalidade educacional. – Circuito escola - família/instituição (educação infantil, ensino fundamental, educação especial e EJA), outros níveis - programas institucionais.
- Garantia da qualidade dos serviços prestados no Sistema Educacional
- Trabalho junto aos segmentos da comunidade escolar como forma de atuação voltada para a garantia de atuação vinculada à garantia da educação;

- Atuação junto às instâncias de controle social e às lutas sociais;
- Referência ao trabalho do assistente social na abordagem com estudantes em temas transversais: sexualidade, drogas, violência, doenças sexualmente transmissíveis, bullying, manifestações e movimentos culturais juvenis, adolescência etc.
- Garantia da gestão democrática e participativa na política de educação
- Estratégias de articulação com as instâncias de controle social, participação da comunidade escolar, mobilização de pais com relação a grêmios estudantis, fortalecimento das relações com equipes profissionais e ações interinstitucionais
- Aproximação de família com unidade educacional

A obra citada e elaborada pelo CFESS-CRESS (2011) é um manual para profissionais do serviço social sobre como se inserir, atuar e se tornar mais eficiente nesse campo de estudo.

2.2 A Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa

Para estudo de caso, foi escolhida uma instituição escolar na cidade histórica de Ouro Preto, considerada patrimônio da humanidade pela UNESCO.

A Escola Municipal “Monsenhor João Castilho Barbosa foi fundada em 13 de março de 1965, com o nome de “Escolas Reunidas de Ouro Preto”. O nome da instituição foi mudado no mesmo ano, passando a ser “Grupo Escolar Monsenhor João Castilho Barbosa”, em homenagem ao padre assim nomeado e que serviu a uma famosa paróquia de Ouro Preto - a do Pilar - por 57 (cinquenta e sete) anos, sendo comumente conhecido na cidade como “Padre João”.

Atualmente, a escola atende três modalidades de ensino, a saber:

- Ensino infantil (vespertino) - primeiro e segundo períodos (crianças com quatro e cinco anos de idade);
- Ensino fundamental (matutino e vespertino) - crianças e adolescentes do primeiro ao nono anos;
- EJA – Educação de Jovens e Adultos (noturno) - discentes que por alguma razão atrasaram sua evolução escolar (primeiro a nono anos do ensino fundamental).

A instituição consta com um total de 57 (cinquenta e sete) profissionais, entre professores e técnicos administrativos. Atende 482 (quatrocentos e oitenta e dois) alunos regularmente matriculados e distribuídos nos três turnos citados. Situa-se à Rua Prof. Washington Dias, nº 31, em bairro conhecido como “Barra”. A filosofia institucional da escola é “preparar o cidadão para a vida em sociedade”.

2.2.1 Principais expressões da questão social percebidas na Escola em estudo

De acordo com o Conselho de Classe da escola analisada. A maioria dos problemas identificados no âmbito escolar é levada para as reuniões do conselho de classes e os professores revelam para o pedagogo a real situação de seus alunos, que tiveram ou não rendimento acadêmico satisfatório. Analisam-se casos de alunos de todas as séries, da educação infantil à Educação para Jovens e Adultos – EJA. Os problemas normalmente citados pelo referido conselho são:

- Alunos que chegam à escola com histórico de violência vivido em sua casa/comunidade. Crianças extremamente novas, de 3 e 4 anos de idade, direcionam a colegas e professores palavras chulas e negativas e reclamam que o dever de casa não tem nada de importante (importante = polícia, tiro, revólver, morte, etc.);
- Prática de *bullying* entre os alunos de todas as classes;
- Crianças que chegam sem uniforme, material escolar, merenda e afins;
- Prática de higiene negatizada em alguns alunos;
- Evasão escolar entre alunos mais velhos (últimos anos do ensino fundamental e alunos do E.J.A.) pela necessidade de trabalhar, por falta de dinheiro para transporte. Alguns trabalham no regime de turno e não conseguem conciliar os horários;
- Uso de drogas lícitas e ilícitas dentro e fora da instituição;
- Briga entre alunos devido a diversos fatores;
- Pouca atividade de leitura / aquisição de informação via meios de mídia convenientes.

Todos os fatores acima citados, aliados a outros porventura não citados, levam ao fraco desempenho acadêmico e à formação de alunos sem chance de concorrência em

empregos e cursos superiores, criando-se uma rede cada vez mais ampliada de pessoas desmotivadas e sem perspectivas futuras.

A busca pela solução da maioria dos problemas ocorre pela convocação de reuniões regulares com toda a comunidade escolar (incluem os pais e os alunos, além de autoridades locais) na expectativa de todos juntos, encontrarem caminhos possíveis para o cumprimento dos objetivos da instituição, entre os quais a missão citada no início deste capítulo. A busca pelo caminho do lazer (festas sazonais, encontros para alguns fins específicos) reúne grupos diferentes, mas a esporadicidade desses eventos nem sempre surte o resultado.

A ausência de um assistente social na escola estudada parece ser um problema a mais a ser resolvido. Se houvesse pelo menos um na equipe, as discussões e os direcionamentos dos problemas receberiam um aval profissional e soluções mais concretas poderiam ser apresentadas à comunidade escolar, o que não ocorre pela atual realidade da instituição. Esta ideia acompanha a proposta de Arrechea (2013, p.33) que afirma que:

A ação educativa do assistente social está situada em campos de mediações estabelecidos, em que se torna possível a captura da razão, muitas vezes ocultas sob os fatos sociais, permitindo o desvelamento dos complexos sociais por meio da cultura. Uma das formas de manifestação do papel de educador político do assistente social pode-se dar no sentido da apreensão feita a partir da reprodução do concreto (síntese de múltiplas determinações) por meio do pensamento, a partir de mediações, em que desperta o papel ativo da consciência do sujeito social na construção/transformação da realidade, atentando sempre às diversas formas de resistência e enfrentamento por parte do neoliberalismo.

2.2.2 Metodologia

Corre-se sempre um risco de erro quando na escolha do processo metodológico no campo das ciências humanas e sociais, aplicadas ou não. Alguns campos de trabalho admitem mais de uma técnica e a questão da multi e da transdisciplinaridade precisam ser sempre levadas em conta nesse momento delicado.

Demo (2000 apud DEMO, 2003, p.354), após analisar os pontos sensíveis da metodologia científica diante das ciências humanas e sociais, assim aponta a dificuldade em se escolher o método considerado totalmente seguro:

(...) métodos mais usados nas ciências sociais seriam agora “o” paradigma global, mas que, reconhecendo-se a complexidade não linear ambivalente da realidade, nenhum método e nenhuma teoria podem ser considerados mais

que simples instrumentos, sempre incompletos, de captação. O que poderia unificar a ciência não são propostas unitárias, mas a preocupação pluralista em torno da busca da realidade, considerada apenas aproximativa (...).

Fugindo essas ciências dos métodos epistemológicos tradicionais das ciências exatas e biológicas, costuma-se questionar os pesquisadores onde está a cientificidade de temas das humanas e sociais. Demo (2003, p.360) expressa a importância de que todo cuidado metodológico é importante em quaisquer áreas do conhecimento e afirma que:

À medida que a/o aluna/aluno é levado a “fazer” conhecimento, saindo da posição de quem apenas adquire, recebe pela via da reprodução, aprende a preocupar-se com metodologia científica. Resultado mais fundamental disso pode ser que comece a diferenciar níveis distintos de qualidade do conhecimento disponível, teorias mais e menos consistentes, táticas mais e menos sustentáveis de produção e tratamento de dados, elaborações mais e menos originais dentro das polêmicas vigentes.

Demo (2003, p.361) aponta que os objetivos das pesquisas têm mudado de acordo com os contextos temporais e que hoje, “a importância do conhecimento está em sua potencialidade disruptiva: sua qualidade mais profunda não é constatar, afirmar, verificar, mas questionar”.

Diante da abrangência do tema analisado nesta pesquisa e da diversidade de formas como poderia ser abordado, bem como diante do rigor dos recursos metodológicos, decidiu-se por se optar pela modalidade de estudo de caso, sem se abrir mão de outras opções consideradas secundárias.

Ventura (2007, p.385-386) foi a primeira motivação, quando afirmou que:

Estudos de caso têm várias aplicações. Assim, é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes. Uma grande utilidade dos estudos de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal. São úteis também na exploração de novos processos ou comportamentos, novas descobertas, porque têm a importante função de gerar hipóteses e construir teorias. Ou ainda, pelo fato de explorar casos atípicos ou extremos para melhor compreender os processos típicos. A utilidade também é evidenciada em pesquisas comparativas, quando é quando é essencial compreender os

comportamentos e as concepções das pessoas em diferentes localidades ou organizações (...)

Após definir a metodologia principal, delinearão-se todas as outras formas que seriam aplicadas, seguindo a proposta de Oliveira (2011).

Quanto ao objetivo da pesquisa, podemos defini-la como descritiva e explicativa. É descritiva quando, segundo Vergara (apud OLIVEIRA, 2011, p.23), “expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”. Nesse caso, não se faz necessário obrigatoriamente descrever os problemas, mas apontá-los. Oliveira (2011, p.23) ainda cita Triviños:

o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

É explicativa quando busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para se explicar a ocorrência de um determinado fenômeno. Esse tipo de pesquisa permite inferir dos dados coletados informações que possam não estar tão claras nas fontes.

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de um estudo qualitativo-quantitativo. Oliveira (2011, p.27) admite como qualitativa a pesquisa que “tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Supõe contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente ou com a situação estudados, por meio de trabalho de campo, com dados predominantemente descritivos. O pesquisador busca estudar um problema com intuito de verificar como ele se manifesta na rotina de algum grupo ou instituição.

É quantitativa por uso do recurso de quantificação de dados. No caso em evidência, os dados foram recolhidos através de preenchimento de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. As respostas também podem permitir que o pesquisador, por inferência, chegue a conclusões específicas.

Quanto ao objeto de estudo, o documento é um estudo de caso único. Oliveira (2011, p.29) afirma que a vantagem desse método “[...] reside em sua capacidade de explorar processos sociais à medida que eles se desenrolam nas organizações”, o que permite ao pesquisador analisar processual, contextual e longitudinalmente “as várias ações e significados que se manifestam e são construídas dentro delas”. O objeto, nesse caso, é a escola municipal escolhida.

Quanto à técnica de coleta de dados, as escolhidas foram o uso de um questionário com perguntas abertas e fechadas, oferecidas aos questionados para que se obtenha respostas que possam cumprir a função de oferecer dados para a pesquisa e a observação direta individualmente e em equipe no ambiente escolhido. Espera-se que as respostas dos questionários, de alguma forma, estejam de acordo ou em desacordo com as informações obtidas através da observação. Outra modalidade de coleta de dados foi a pesquisa documental, que foi utilizada no uso de arquivo da própria secretaria da escola analisada para se obter dados relacionados à instituição.

Quanto à técnica de análise dos dados coletados, três foram utilizadas com mais proeminência: fichamentos de textos (dados adquiridos de bibliografia), estatísticas simples (com plotagem de gráficos e de acordo com respostas obtidas nos questionários) a análise de conteúdo (mais utilizada para inferência de dados nas conclusões do trabalho).

Foram questionados 20 (vinte) professores de diversas séries da Escola Municipal analisada. Todos os profissionais foram convidados a participarem da pesquisa, mas não convocados, de forma que apenas os interessados responderam o documento. Os questionamentos não foram estendidos aos pais e aos alunos, porque a pesquisa busca verificar como se detectam os problemas relacionados a questão social por parte dos docentes e profissionais da instituição.

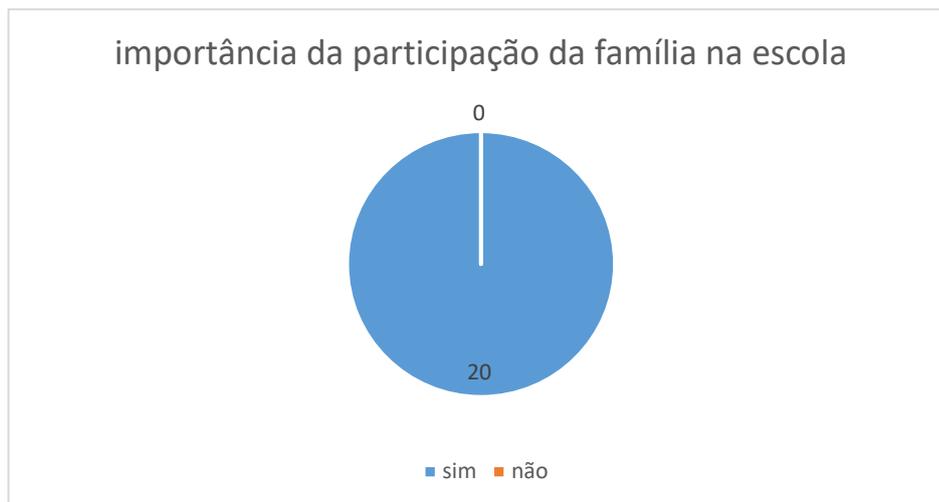
Antes da aplicação do questionário, foi apresentada aos questionados um documento de autorização para que fosse feito. O registro dos nomes podia ser ocultado, caso eles assim desejassem, mas era preciso colocar o cargo e o tempo de trabalho. Cópias da autorização e do questionário se encontram na seção de anexo, como anexos 2 e 3.

As respostas foram analisadas e plotadas em gráficos tipo pizza para melhor visualização dos resultados. Todos serão apresentados a seguir.

2.2.3 – Análise dos dados

Os resultados obtidos foram registrados em gráficos de acordo com respostas obtidas para cada uma das treze questões apresentadas. A pergunta 01 - Você acha importante a participação da família na escola? – obteve 100% de respostas positivas. O gráfico 1 mostra os resultados obtidos.

Gráfico 1



Fonte: autora da pesquisa

Esse resultado comprova que os professores compreendem a importância da participação da família nos debates e discussões sobre problemas e questões sociais presentes na instituição.

Faz parte das atividades do profissional de serviço social incentivar as famílias a acompanharem o desenvolvimento de seus filhos na instituição, sendo convidados para reuniões, diálogos e outros encontros informativos, na busca de resposta para o questionamento: como a escola pode ajudar a família na tarefa da educação? Mesmo com a ausência do assistente social, percebe-se pela totalidade das respostas que professores sabem como a interação escola-família é importante para o desenvolvimento do aluno.

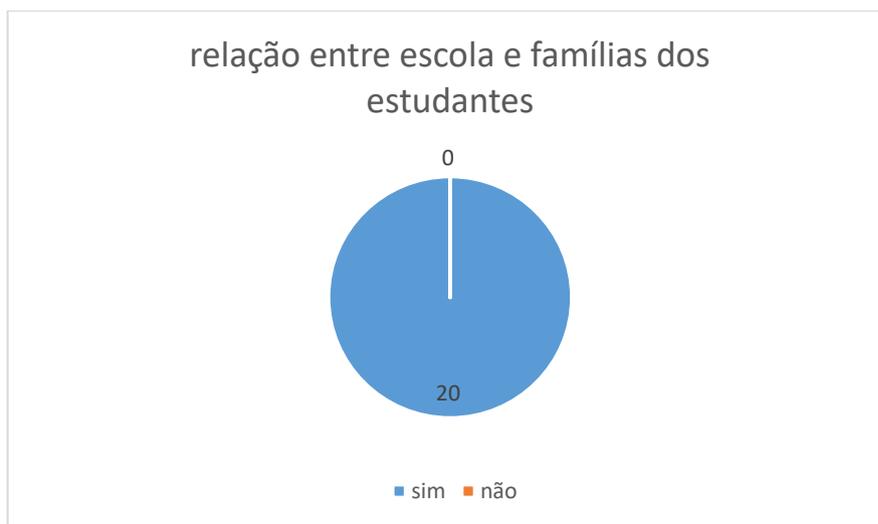
A pergunta n.2, dupla, buscava saber se havia alguma forma de relação entre a escola e as famílias dos estudantes. Todos os questionados responderam afirmativamente. A segunda parte do questionamento buscava saber quais eram as formas de relação existentes. Todos os professores responderam que as reuniões eram essa forma. Doze disseram que havia eventos como festas sazonais e reuniões de colegiado quando as famílias podem estar presentes.

Em conformação com a resposta obtida na primeira pergunta, nota-se que, embora haja consonância com a importância da presença da família na escola, há poucos eventos que trazem-na para seu interior. As reuniões ocorrem bimestralmente e com objetivo de apresentar as avaliações discentes/expor para pais/responsáveis a real situação do aluno. Momentos de lazer e interação positiva são raros, citados apenas como festas sazonais, ou seja, juninas, efemérides familiares (dia das mães, dos pais, das crianças), eventos religiosos, entre outros.

A festa sazonal mais citada foi a que ocorre no mês de junho. Os resultados estão presentes nos gráficos 2, 3 e 4.

Normalmente, faz parte do rol de reclamações dos professores a fraca presença de pais/responsáveis até mesmo em reuniões avaliativas.

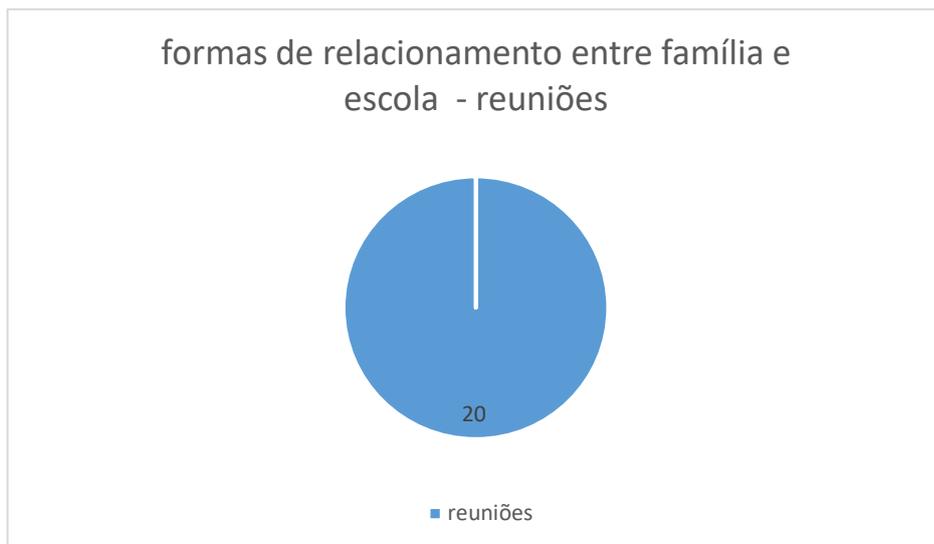
Gráfico 2



Fonte: autora da pesquisa

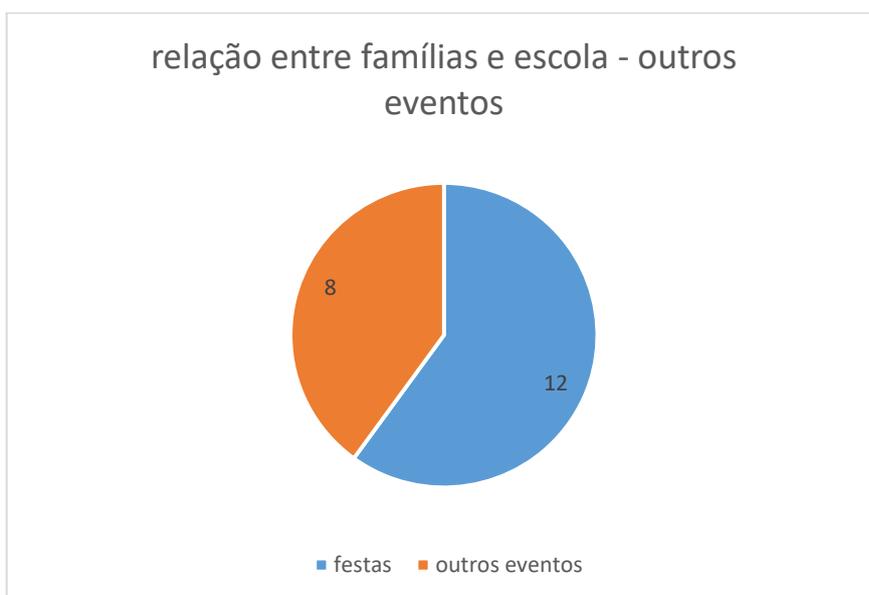
As respostas obtidas na pergunta 3 e 4 comprovam, também, o resultado da primeira pergunta. Todos os interrogados afirmam que a escola e a família devem ter relações próximas para se resolverem os problemas detectados. Em realidade, isso nem sempre ocorre devido a ausência de pais/responsáveis até mesmo quando convocados, por seus filhos apresentarem determinados problemas que deveriam ser solucionados em conjunto.

Gráfico 3



Fonte: autora da pesquisa

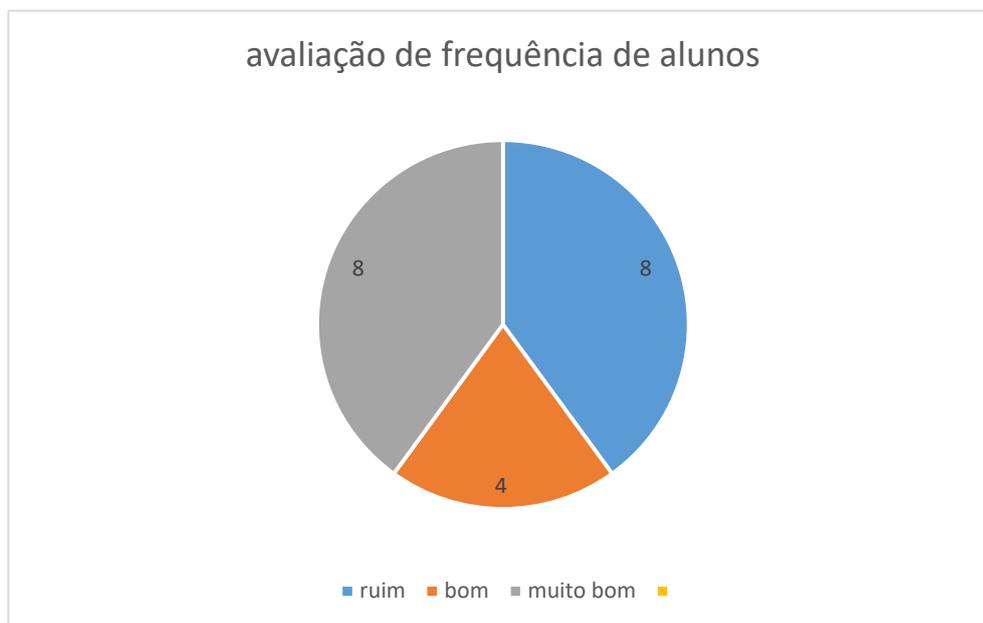
Gráfico 4



Percebe-se, através dos gráficos 2, 3 e 4, que a maioria dos professores admitem que o recurso mais utilizado para atrair as famílias é o evento de reunião em escola, mas que outros eventos também podem fazer parte desse rol, já que oito componentes da pesquisa (40%) apontam festas sazonais como momento de relacionamento com pais e responsáveis dos alunos; todavia, há uma carência de outros eventos que promoveria outras atividades mais prazerosas e capazes de promover interação entre todos os envolvidos.

A terceira pergunta tinha como objetivo analisar como os professores avaliavam a frequência dos alunos, como intuito de se verificar o nível de evasão escolar. Ela se subdivide em mais três questões, a saber, se há evasão em suas classes e, em caso positivo, se se busca a motivação dela. Por fim, para aqueles que responderam que há a evasão, questionou-se quais os motivos para que isso ocorresse. Os gráficos 5, 6, 7 e 8 apresentam os resultados coletados.

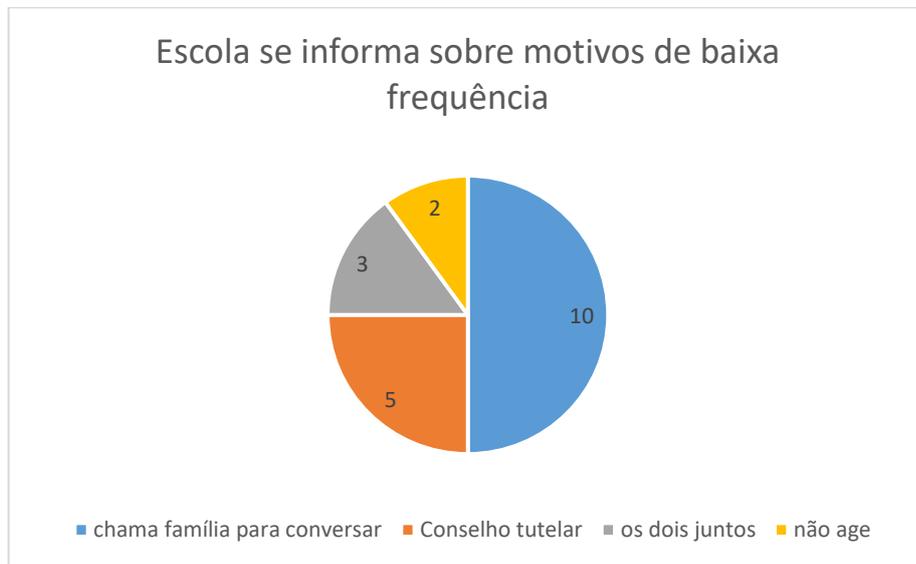
Gráfico 5 – como o interrogado avalia a frequência dos alunos



Fonte: autora da pesquisa

O fato de os extremos empatarem expressa que há um ciclo entre dois tipos de professores que, naturalmente se divergem por viverem situações diferentes. Normalmente, os turnos matutinos e vespertinos, que abrigam crianças muito jovens (infantil) e os primeiros anos do ensino fundamental, têm sua frequência mais avaliada. Os grupos mais adultos, como os alunos do EJA, apresentam menor frequência. Adultos e adultos jovens sentem-se livres para irem ou não às aulas, criam possibilidades de presença ou ausência. Crianças são monitoradas por pais e responsáveis e praticamente são obrigados a irem à escola. Alguns programas sociais exigem a presença em sala de aula e as famílias não querem perder esses benefícios, o que nem sempre ocorre com pessoas maiores de 18 anos. Há de se ressaltar que muitos alunos do curso noturno trabalham, às vezes, em turnos de 12 horas.

Gráfico 6



Fonte: autora da pesquisa.

Metade dos professores chamam pais e responsáveis para conversar, 25% decide chamar o Conselho Tutelar (caso de crianças e adolescentes), 15% chama a família e, não havendo resposta, o conselho tutelar e 10% não se importa em chamar a família (normalmente, os alunos já se auto representam). Essas porcentagens são definidas de acordo com faixa etária do aluno bem como com sua própria situação social. Há pais que, mesmo sendo convocados, não comparecem por diversos motivos: trabalho, prisão, conformação com a situação. Alunos adultos atendem por eles mesmos.

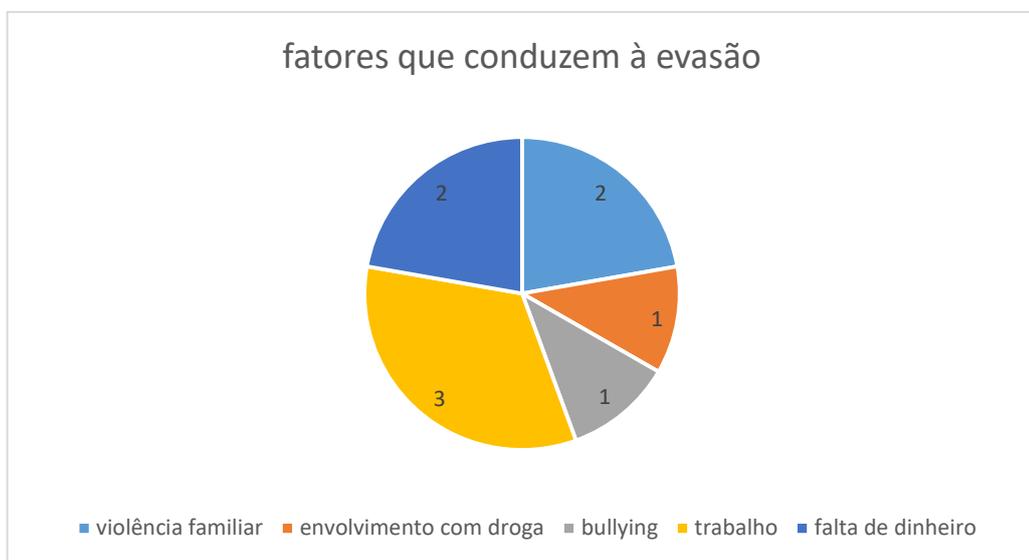
Gráfico 7



Fonte: autora

60% dos professores percebem alguma forma de evasão em sala e 40% não. Normalmente, a evasão ocorre em turmas de adultos, mas pode ocorrer também no ensino fundamental. Muitos alunos jovens e adultos, por trabalharem ou por estarem incluídos em algum tipo de grupo (droga ou outro) abandonam o curso. Outro motivo de abandono é a não incentivação da família ou a compreensão de que não se hábil para aprender.

Gráfico 8

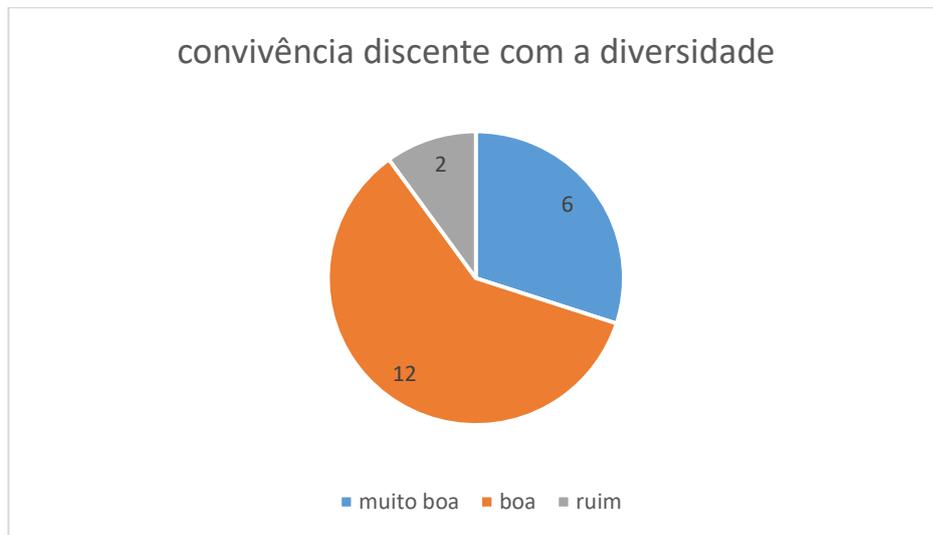


Fonte: autora

Oito professores disseram haver evasão e citaram esses motivos como principais causas desse fenômeno a violência familiar, o envolvimento com a droga, o bullying, o trabalho ou o problema financeiro. A maioria dos eventos ocorrem em adolescentes e adultos.

A quinta pergunta tinha como proposta avaliar a relação dos alunos diante da diversidade, uma vez que a escola é a convergência das diversidades. Doze professores afirmaram que é uma boa avaliação, seis que é muito boa e dois negativaram. O gráfico 9 disponibiliza esse resultado.

Gráfico 9



Fonte: autora

O fato de 90% dos professores admitir a convivência com a diversidade como boa ou muito boa expressam o fato de que há entendimento sobre temas vinculados a isso na instituição. Essa diversidade diz respeito a questões de gênero, etnia, religião, cultura, etc. Os alunos são, como já expressado nessa pesquisa, advindos de ambientes diferentes e vivendo culturas também diferentes.

A sexta pergunta busca saber se há projetos na instituição que proporcionem debates sobre a diversidade (raça, gênero, orientação sexual, etc.). Em caso positivo, o questionante deseja saber que projetos há. Dos 20 respondentes, 18 admitiram que há projetos e dentre esses dezoito, 8 disseram que há debates, 6 citaram palestras e 4 falaram em oficinas. Os gráficos 10 e 11 demonstram esses resultados.

Gráfico 10



Fonte: autora

90% dos entrevistados admitem que há projetos voltados para os alunos visando difundir a diversidade; todavia, a maioria expressa a presença de eventos acadêmicos, o que nem sempre parece apreciável ao discente. Quanto às oficinas, podem permitir que o aluno mostre algum tipo de talento que chame a atenção para si.

Gráfico 11



Fonte: autora da pesquisa

Debates aparecem na instituição com o recurso mais utilizado para discussão, principalmente debates sobre diversidade cultural e de gênero. Não há um âmbito mais generalizado com outros temas que poderiam atrair o aluno de forma mais eficiente.

A sétima pergunta busca saber a incidência de bullying na instituição. Em caso positivo busca saber como a escola procede nesse caso. Os gráficos 12 e 13 apresentam os resultados obtidos

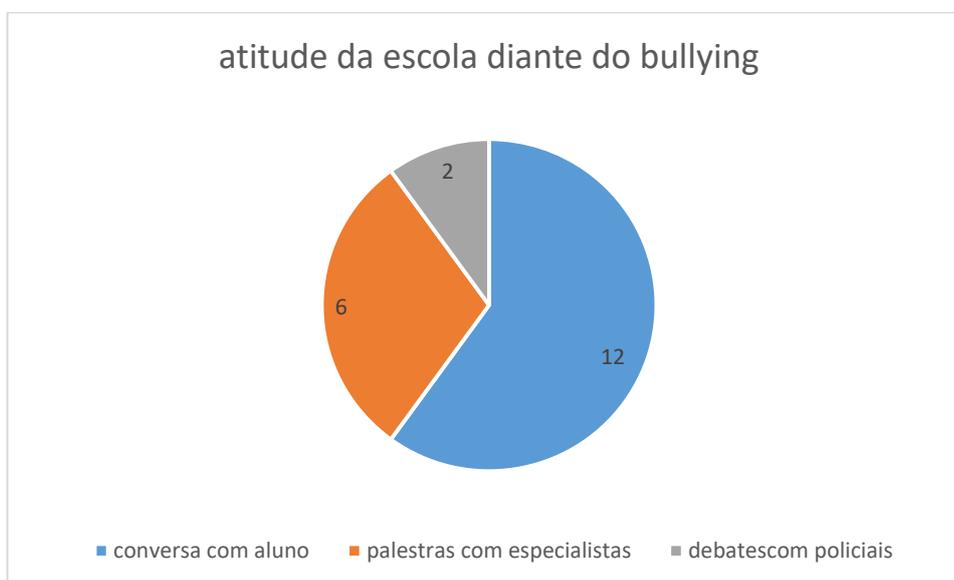
Gráfico 12



Fonte: autora

Todos os profissionais questionados reconhecem alguma forma de bullying presente na vida de seus alunos. Essas manifestações podem surgir desde apelidamento e brincadeiras negativas a formas de assédio. Dentro do campo da diversidade, esse seria um assunto bom para se discutir.

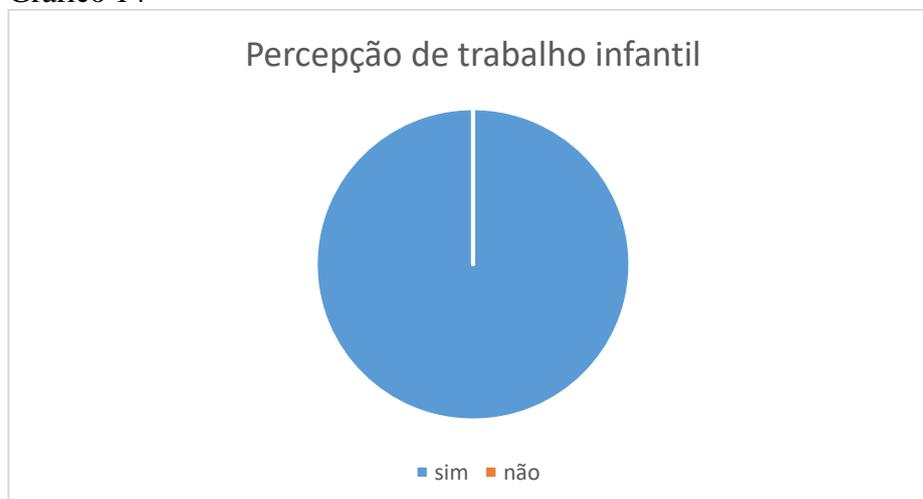
Gráfico 13



Como foi perceptível, o diálogo direto com os alunos é a forma mais clara de tentar barrar o bullying na escola. Há uma diversidade dessa prática, que pode parecer uma brincadeira simples de colega para colega, mas desmotivadora ou promotora de danos irreversíveis.

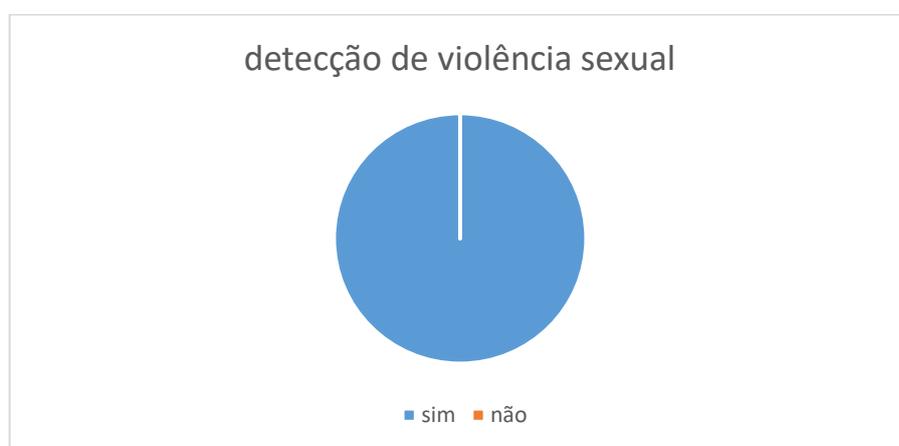
A oitava pergunta pretendia descobrir se havia como identificar situações de trabalho infantil na instituição. Todos os questionados negaram a identificação. Resultado é visto no gráfico 14. Como não houve resposta positiva, não houve resposta para a derivação da pergunta, que buscava compreender o comportamento da escola nesses casos. Há discentes que trabalham, mas fazem parte do programa Jovem Aprendiz ou são de maior idade.

Gráfico 14



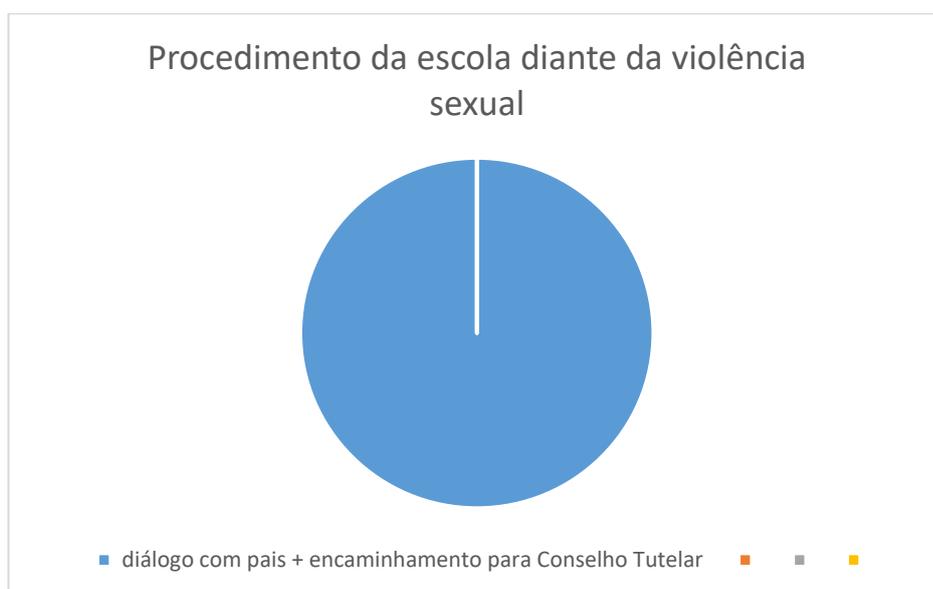
A nona pergunta tinha como papel detectar a presença de situações de abuso sexual contra as crianças e contra os adolescentes. Todos os professores afirmaram ter presenciado alguma forma de assédio e de tentativa de abuso. A pergunta que se derivou, a saber, como a escola procede em caso positivo gerou 100% de resposta afirmando que há diálogo com os pais e encaminhamento para o conselho tutelar. Ficou claro que o assédio podia ocorrer fora ou dentro da escola. Os gráficos 15 e 16 demonstram o resultado obtido.

Gráfico 15



Fonte: Autora

Gráfico 16



Fonte: autora

Totalidade de questionados definem como solução para o abuso sexual o diálogo com pais acoplado com presença do Conselho Tutelar. O conceito de abuso, todavia, vai além do ato do estupro, podendo ser uma cantada, uma forma de olhar ou de falar, um desenho no quadro ou ofensa sexual na forma de palavra de baixo calão.

A décima pergunta busca saber se há espaço coletivo/democrático para diálogo com a comunidade escolar. Todos os questionados responderam positivamente. Todos responderam que esses espaços serviam para palestras e reuniões. Os gráficos 17 e 18 apresentam os resultados. Faltam, todavia, espaços para outras atividades que serviriam plenamente para lazer, diversão ou cultura.

Gráfico 17

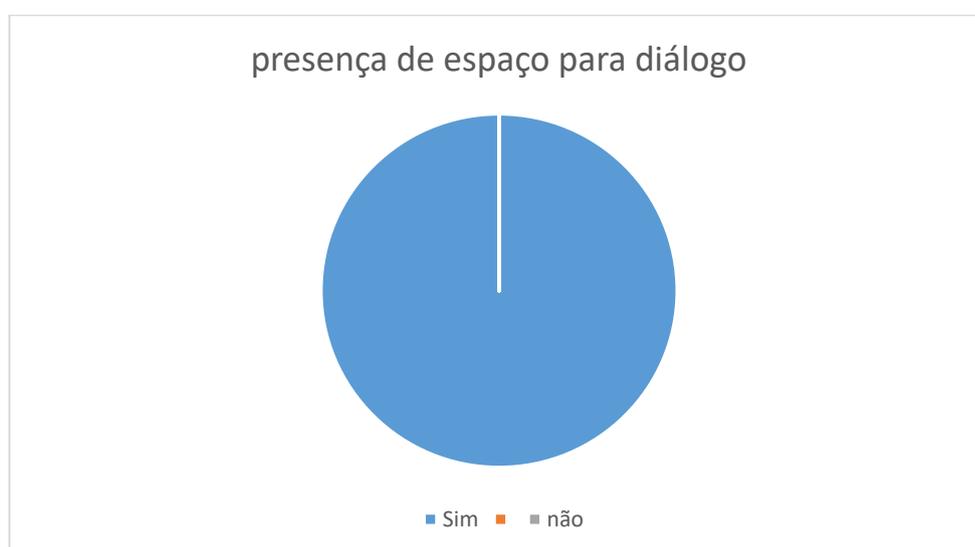
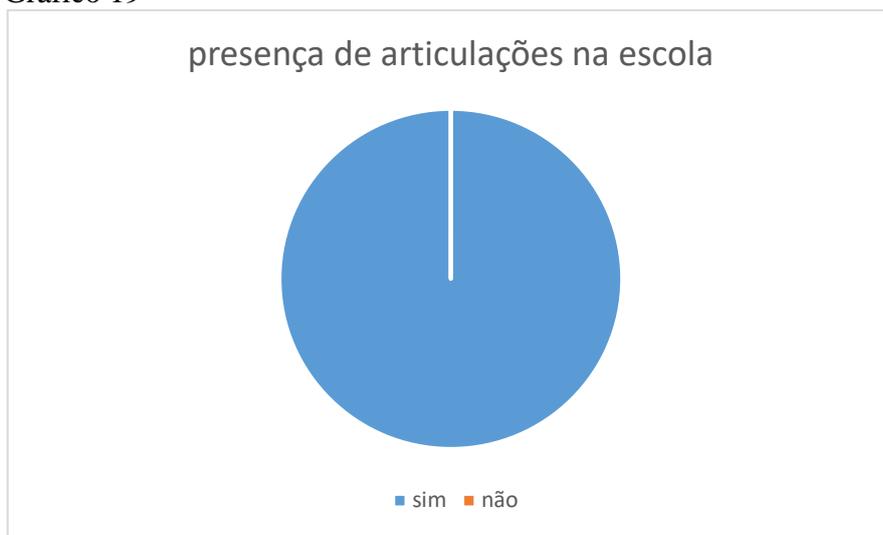


Gráfico 18



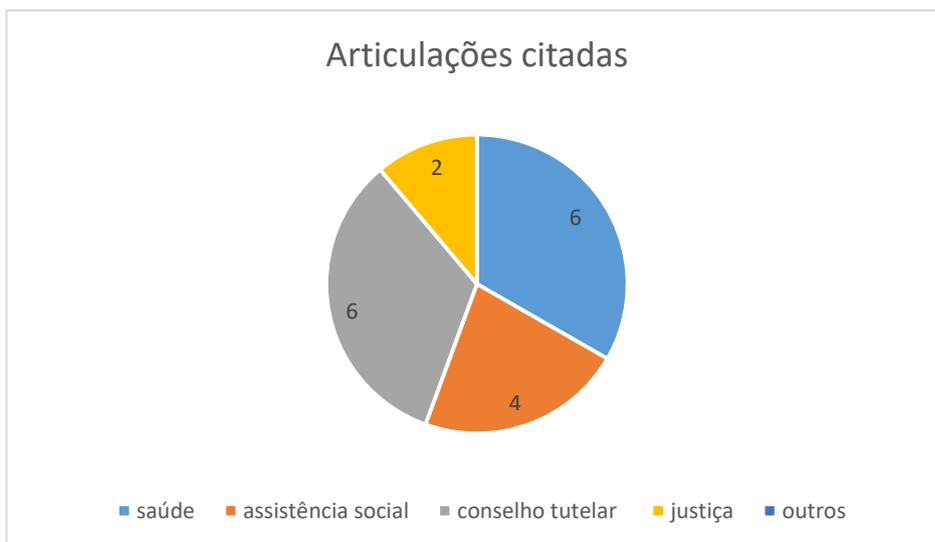
A décima-primeira pergunta tem como objetivo saber que articulações existem entre a escola estudada e as políticas públicas. Todos os professores afirmaram a resposta. Foram citadas: saúde (6), assistência social (4) conselho tutelar (6), justiça (2) – a saber – PROERD, outros (2). Os gráficos 19 e 20 apresentam os registros. Na prática, uma vez que não o assistente social, o professor procura o pedagogo que, por sua vez, recorre à família. Em caso de resposta negativa, o pedagogo recorre ao Conselho Tutelar ou a poder mais coercitivo.

Gráfico 19



Fonte: autora

Gráfico 20

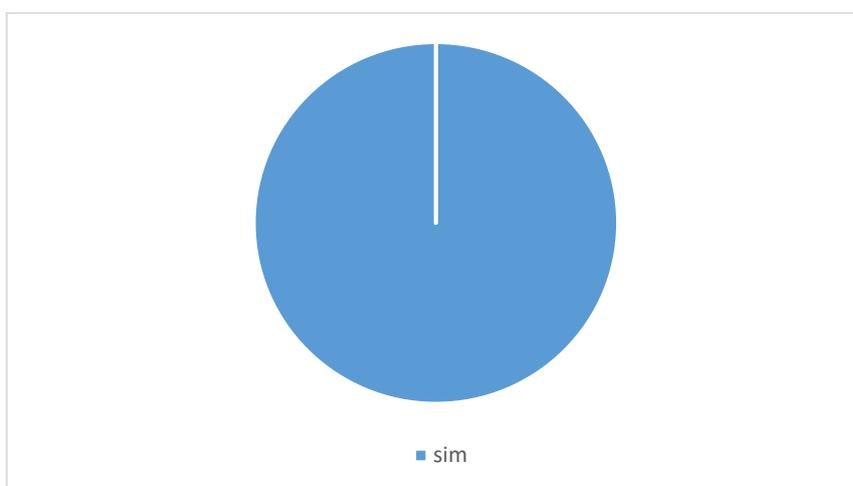


Fonte: autora

A décima-segunda pergunta procurou saber sobre se as expressões da questão social manifestadas na escola interferiam no desenvolvimento acadêmico dos alunos. Todas as

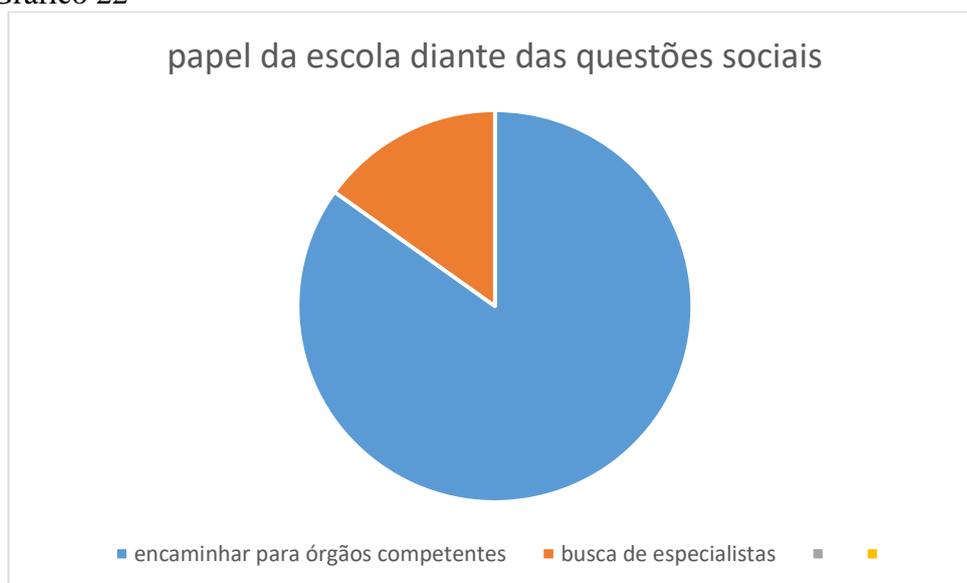
respostas foram positivas. Derivada dessa questão, perguntou-se sobre o papel da escola diante dessas situações. Quanto às expressões da questão social, faltou ao questionário buscar quais eram; contudo, a própria ausência do profissional de assistência social já comprova esse evento. As respostas anteriores apresentam a questão do bullying, do assédio, dos problemas financeiros, da violência, que são essencialmente, expressões de questão social. Os resultados se encontram nos gráficos 21 e 22.

Gráfico 21 – Manifestação das questões sociais impactando resultado escolar



Fonte: autora

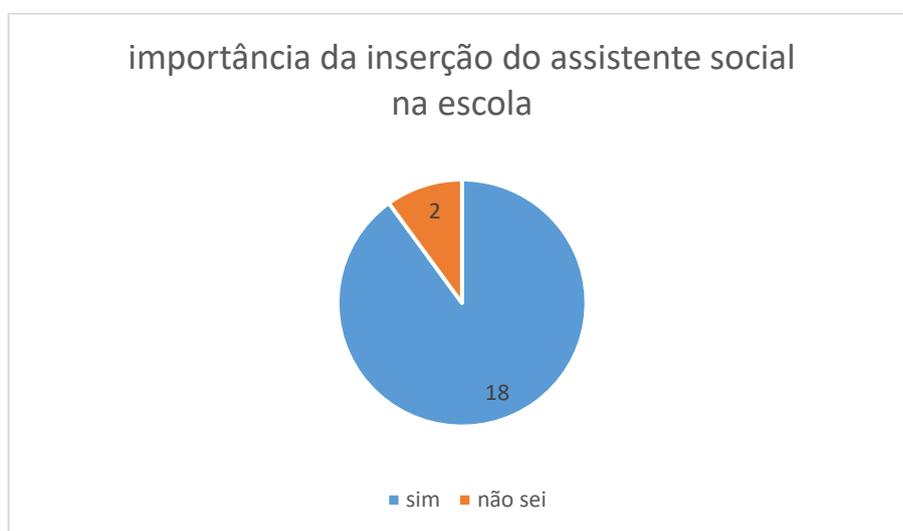
Gráfico 22



Fonte: autora

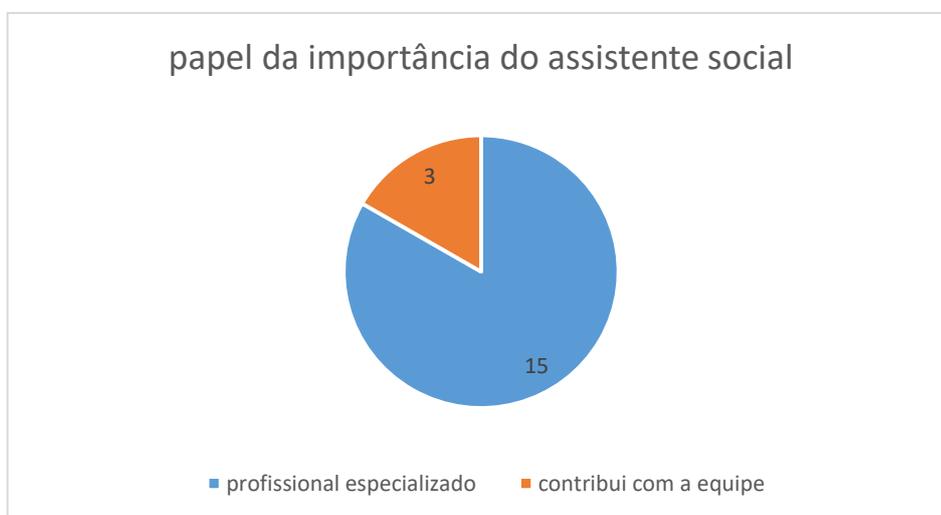
A décima-terceira pergunta questionava se o professor considerava importante a inserção de um assistente social na escola. 90% dos questionados apontam a necessidade da inserção do assistente social à equipe, provavelmente porque vivenciam situações em que sua presença seria essencial. Oitenta e três por cento dos professores veem o assistente social como profissional especializado e dezessete por cento como mais um membro importante da equipe. Em caso positivo, devia haver uma justificativa. Gráficos 23 e 24 registram os resultados.

Gráfico 23



Fonte: autora

Gráfico 24



Fonte: Autora

Os dados obtidos nesses gráficos nos levam às considerações finais dessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões da questão social estão presentes na escola estudada e foi possível verificar esta situação através das respostas obtidas no questionário apresentado.

A grande maioria dos professores detectaram problemas específicos na escola, como evasão escolar, presença de bullying, questões financeiras e apontam para a necessidade da presença de um assistente social para auxiliá-los na tarefa de condução dos problemas, principalmente diante das famílias. Essa detecção vem direto à própria experiência da autora da pesquisa que assinala na introdução de seu texto as angústias pessoais por trabalhar em ambiente que necessita ao apoio do serviço social sem a presença do referido profissional.

As respostas sobre “abuso sexual” foram destinadas à educação infantil, faltando informações mais profundas sobre adultos do programa EJA – Educação para Jovens e Adultos. Esse tema merece consideração mais profunda e necessita estudo mais clínico em outras faixas etárias. A presença do assistente social poderia detectar casos considerados graves como violência sexual contra menores de idade,

Questões econômicas foram referenciadas quando professores afirmaram que necessidade de trabalho ou falta de dinheiro levaram à questão da evasão escolar.

A pesquisa comprova a necessidade da presença de assistentes sociais em meio à equipe pedagógica da escola, uma vez que estes profissionais foram apontados como importantes por serem pessoas especializadas e capazes de auxiliarem os professores e diretores na solução de problemas.

Um aspecto importante ressaltado é a carência de atividades que sejam diferentes de reuniões e palestras para a interação com a comunidade escolar extra muro da instituição. O máximo que se conseguiu na pesquisa foi acesso a festas sazonais, entre as quais a junina sobressai. A escola precisa criar outros eventos capazes de colocar as pessoas em conjunto, de forma a poderem compartilhar experiências positivas e negativas. Projetos de oficinas, seminários, congressos, debates comunitários devem ser incentivados na busca desse objetivo.

Ouro Preto é uma cidade visada pelo mundo e não faltam oportunidades para se reunirem pessoas em torno de algum tema, oficina ou debate. Faltou a indicação de associação de moradores, câmara de vereadores, pastorais eclesiais e outras instituições, dando-se especial importância para Conselho Tutelar, o que, muitas vezes, assusta as pessoas. A pesquisa em uma cidade de conhecimento internacional deveria ser parametrizada para

outras quase desconhecidas, uma vez que, se em cidade cosmopolita ocorre tantos problemas sociais em ambiente escolar, imagine-se o que ocorre em sítios onde quase tudo falta. O próprio conceito de patrimônio do mundo devia ser levado em conta na preparação de estudantes para manutenção do título, se tornando cidade modelo também nesse quesito, o de cidade onde estudantes recebem orientação para solução de problemas que podem interferir em suas vidas.

A pesquisa, embora reduzida a uma escola, pode espelhar a realidade de todas as escolas públicas de nosso país, impactadas por realidades cruéis de nosso país, o que valoriza o estudo de caso. Necessita, todavia, de maior aprofundamento no que diz respeito à importância do assistente na equipe pedagógica, tendo em vista que a maioria reconhece a importância do profissional, mas não foram colocadas com clareza as possibilidades de intervenção no ambiente escolar. Alcançou, todavia, o objetivo proposto e confirmou a hipótese apresentada, o que validou todo o esforço acadêmico aplicado.

A pesquisa aqui não deve ser considerada finalizada uma vez que foram ouvidos apenas os professores de uma escola. Cria-se a expectativa de novos estudos envolvendo também opiniões de outros elementos envolvidos na educação, incluindo as dos próprios assistentes sociais. Nesse ponto, a pesquisadora em questão se propõe a preparar outras pesquisas no futuro abrangendo esferas outras nesse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Sarita. *Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ARRECHEA, Fernanda. *A atualidade de Paulo Freire no Serviço Social do Coletivo da Cidade: uma análise da atuação profissional em seu caráter educativo*. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4923/1/2013_FernandaArrechea.pdf>

CAMPOS, E.B. et al. *Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS-CRESS, 2011.

CFESS. *Serviço social na educação*. Brasília: CFESS, 2001.

DEMO, Pedro. *Cuidado Metodológico: Signo Crucial da Qualidade*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a07.pdf>

DUARTE, Clarice Seixas. *A Educação como um direito fundamental de natureza social*. In: *Educação Escolar: Os deságios da qualidade*. Educação & Sociedade, vol. 28, número especial, 2007, pp. 691-713.

FURLAN, A. *O serviço social e a questão social*. Disponível em <periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634951>

IAMAMOTO, Marilda V. *A questão social no capitalismo*. Disponível em <www.joinpp.ufma.br/.../aquestaosocialnocapitalismo-umaanalisedoseuconceitonaconte...>

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação Profissional* /Marilda Villela Iamamoto – 17 ed. – São Paulo. Cortez, 2009.

MACIEL, Fabrício. *Trabalho e vulnerabilidade: a questão social na obra de Robert Castel*. Disponível em <essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1809-2667.../3706>

NETTO, José P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*. 2009

OLIVEIRA, Maxwell F. *Metodologia Científica: Um Manual para a Realização de Pesquisas em Administração*. Catalão: UFG, 2011.

PIANA, Maria C. *A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário Educacional*. São Paulo: Unesp/Cultura Acadêmica, 2009.

PINHEIRO, Lessi I. F.; DIAS, Gilmara O. *Questão Social: Um Conceito Revisitado*. Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/cccss/03/fpod.pdf>>

POIARES, Nuno. *A Escola e os Comportamentos desviantes: Novas Tendências*. IN.: FIGUEIRA, Eduardo; BALTAZAR, Maria da S.; SERRANO, Maria S. (eds.) *Questões Sociais Contemporâneas: Actas das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia*. Évora: Universidade de Évora, 28-29/04/2006, pp. 227-238. Disponível em <www.cisa-as.uevora.pt/download/publicacoes/livro_jornadas_VIII_VersaoFinal.pdf>

SANTOS, Josiane S. *Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva*. *Serv. Soc.Soc.*, n.111, p. 430-449, jul/set. 2012,

STEIM, Rosa H. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/235/379>, acesso em 25.03.2017.

TOMÁZ, Marianna A. *A Questão Social no Capitalismo: Uma Análise do seu Conceito na Contemporaneidade*. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5->

[pobrezaepoliticaspUBLICAS/aquestaosocialnocapitalismo-
umaanalisedoseuconceitonacontemporaneidade.pdf](#) >

VENTURA, Magda M. *O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa*. Disponível em http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34829418/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1491250008&Signature=1ne4ACegC3WER4TrIOT6%2BNVHtA8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dsetembro_outubro_O_Estudo_de_Caso_como_M.pdf

APÊNDICES

Apêndice 1

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu,....., RG,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo a mim apresentado por Sônia Maria Simões Meira, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa, sobre os procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer instante.

Local:

Data:

Nome:

Assinatura:

Nome do pesquisador:

Assinatura do pesquisador:

Apêndice 2

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você é convidado (a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado em nenhuma forma.

Informações sobre a pesquisa

Título: As Expressões da Questão Social no Setor Educacional: Um Estudo de Caso em Ouro Preto-MG

Pesquisadora responsável: Sônia Maria Simões de Meira

Telefone para contato: 31 998692270

Professora orientadora: Professora e Mestra Izis Silva Rosa

Justificativa, objetivos e procedimentos da pesquisa: a pesquisa objetiva compreender como a Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa se organiza para dar resposta às demandas referentes às expressões da questão social, de forma a refletir sobre as possíveis contribuições do trabalho do assistente social no ambiente escolar. Será realizada obedecendo as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, questionário, análise de dados. A importância desse estudo se dá uma vez que busca contribuir com a escola, demonstrando as possíveis contribuições do assistente social no ambiente escolar, trazendo reflexões sobre como a escola compreende e atua diante das manifestações da questão social, que rebatem no interesse/desenvolvimento do aluno. Busca contribuir ainda com a profissão apontando

especificidades que justifiquem a futura inserção do assistente social em meio à equipe escolar.

Desconforto e possíveis riscos associados à pesquisa: reforço que nenhum procedimento da pesquisa é invasivo. Será inteiramente resguardado o sigilo das informações pessoais dos respondentes, procurando-se antever qualquer tipo de constrangimento. Se, porventura, ocorrer algum risco na sua realização, ele será imediatamente identificado, na busca de soluções, uma vez que todo o processo será acompanhado pela professora orientadora. Os informantes qualificados serão convidados a participarem e serão devidamente esclarecidos de todos os procedimentos, inclusive sobre os riscos, ainda que mínimos, que possam vir a ocorrer, tais como: o participante deverá dispor de seu tempo para responder o questionário, poderá se sentir constrangido em alguma questão, ainda que o instrumento de coleta de dados seja elaborado tomando-se esses cuidados; pode se sentir inseguro em oferecer informações, etc.

Benefícios da Pesquisa: Os benefícios para cada sujeito da pesquisa são maiores do que quaisquer riscos que ele possa visualizar, uma vez que através desse estudo, reflexões que contribuam para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem serão favorecidas, a partir das possibilidades de intervenção das manifestações da questão social presentes no ambiente escolar.

Métodos alternativos existentes: não existem

Forma de acompanhamento e assistência: quando necessário, o voluntário receberá todos os esclarecimentos necessários relativos das atividades da pesquisa. Para esse fim, basta contatar a autora ou a professora orientadora.

Esclarecimentos e direitos: a qualquer momento, o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre os procedimentos utilizados e nas formas de divulgação dos resultados da pesquisa. Possui também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa.

Confidencialidade e avaliação dos registros: as identidades serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor quanto pela instituição onde se é realizada. Os resultados dos procedimentos executados serão analisados e locados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódicos científicos ou outras formas de divulgação que propiciem o repasse dos conhecimentos para a sociedade,

Nome e assinatura do pesquisador:

Apêndice 3 – Questionário

Data:

Escola:

Nome:

Cargo:

Formação:

Tempo em que atua na escola:

01 – Você acha importante a participação da família na escola?

Sim Não

02 – Há alguma forma de relação entre esta escola e as famílias dos estudantes? Se sim, de qual forma?

Sim Não

03 – Como você avalia a frequência de seus alunos? Em caso de baixa frequência, a escola procura informar sobre os motivos? Se sim, de que forma?

muito bom bom ruim

04 – Há casos de evasão de alunos em sua turma? Se sim, sob seu ponto de vista, quais são os principais fatores que levam os mesmos à evasão escolar?

sim não

05 – Entendendo a escola como espaço de diversidade, como você avalia a relação de convivência dos alunos frente a essa diversidade?

boa muito boa ruim

06 – Há algum projeto na escola voltado para o diálogo sobre a diversidade (raça, gênero, orientação sexual, etc.)? Se sim, como ocorre?

Sim Não

07 – Há casos de *bullying* na escola? Se sim, como a escola procede?

sim não

08 – Há alguma forma, em sua escola, de identificar situações de trabalho infantil? Se sim, qual e como a escola procede?

sim não

09 – Há alguma forma, em sua escola, de identificar situações de abuso e de exploração sexual contra crianças e adolescentes? Se sim, qual? Como a escola procede?

Sim não

10 – Há algum espaço coletivo/democrático para diálogo entre a comunidade escolar? Se sim, qual e como ocorre?

Sim não

11 – Há alguma forma de articulação entre esta escola e outras políticas públicas?

saúde assistência social cultura Conselho Tutelar justiça outro

12 – As expressões da questão social se manifestam das mais variadas formas no ambiente escolas (desemprego, trabalho infantil, violência e etc.). Você considera que esses fatores

interferem no desenvolvimento escolar do aluno? Se sim, na sua opinião, qual deve ser o papel da escola diante dessas situações?

Sim não

13 – Você avalia como importante a inserção do assistente social na escola? Justifique sua resposta

Sim Não

